



Índice

- 01** 20 terras quilombolas tituladas em 2014
- 02** Resposta do Ministério Público Federal PA à reportagem "Impasse em Belo Monte", da Folha de S. Paulo
- 03** Manual do Selo Quilombos do Brasil está disponível na internet
- 04** O sangue ainda corre na floresta. Dez anos do assassinato de Dorothy Stang
- 05** Índios que bloqueiam acesso a Belo Monte aguardam resposta de empresa
- 06** Primeiro estudante indígena ingressa pós graduação em universidade
- 07** Lava-rápidos desperdiçam água nas aldeias enquanto crianças passam sede
- 08** Parceria com CIDH propõe desenvolvimento do Judiciário na área de direitos humanos
- 09** Dez estudantes de aldeia indígena ficam feridos em acidente em Bauru
- 10** João Grandão propõe que municípios com maior concentração indígena criem coordenadoria
- 11** PSB votará contra MP que altera concessão de benefícios, anuncia Capiberibe
- 12** Valadares quer participação popular na gestão da água
- 13** MP recomenda reabertura de 1º e 2º ano em escola pantaneira
- 14** Quilombolas denunciam igreja e prefeitura por intolerância e perseguição



- 15 [Exposição no Rio de Janeiro tenta impedir desaparecimento de línguas indígenas](#)
- 16 [MPF recorre contra decisão que declarou inexistentes etnias indígenas Borari e Arapium, no Pará](#)
- 17 [Justiça exige correção de relatório que limita área de quilombo Rio dos Macacos, diz DPU](#)
- 18 [Índios não precisam de quitação militar para tirar título de eleitor, decide TRE-RO](#)
- 19 [Autodemarkação encontra grileiros e pede participação do Instituto Chico Mendes](#)
- 20 [Tapajós, um rio em disputa](#)
- 21 [Assembleia dos povos de SC reúne mais de 150 lideranças pela defesa dos direitos indígenas](#)
- 22 [Livro sobre a ditadura militar e o genocídio dos Waimiri-Atroari foi lançado em Roraima](#)
- 23 [Concluída votação do marco de biodiversidade](#)
- 24 [MPF recorre contra decisão que declara inexistente Terra Indígena](#)
- 25 [Justiça determina retomada de obras em escola indígena no Oeste de SC](#)
- 26 [Fotógrafo registra crianças indígenas albinas em aldeia no interior do Acre](#)
- 27 [Farmacêuticas têm vitória com projeto de lei polêmico sobre biodiversidade](#)
- 28 [Governo do Estado vai apoiar a realização dos Jogos Mundiais Indígenas](#)
- 29 [Entenda o projeto sobre uso da biodiversidade aprovado na Câmara](#)
- 30 [Senadora Ângela Portela volta a cobrar continuidade do Linhão do Tucuruí](#)



20 terras quilombolas tituladas em 2014

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015

Os governos estaduais garantiram 13 das 20 titulações do ano passado. Agora são 154 as terras quilombolas tituladas em todo o Brasil, 80% delas regularizadas pelos governos estaduais.

Do Blog da Comissão Pró-Índio de São Paulo

Em 2014, o Incra titulou 7 terras quilombolas, todas parcialmente. As demais terras foram regularizadas por governos estaduais: 10 na Bahia, 2 no Maranhão e 1 no Pará. As titulações do ano passado beneficiaram 21 comunidades (3.128 famílias) e somam 26.637 hectares.

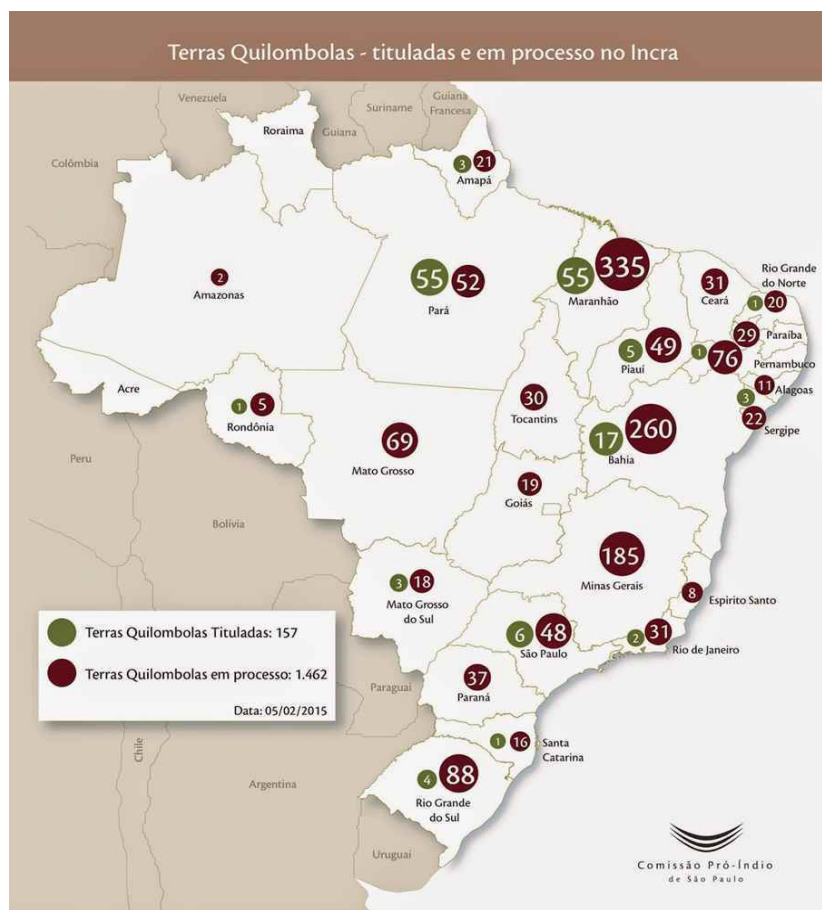
O governo do Estado da Bahia voltou a titular depois de 15 anos. Desde 1999, quando foi titulada a terra Barra do Brumado, no município do Rio das Pontas, não haviam sido registradas novas titulações pelo governo estadual. Os 10 títulos garantiram um total de 22.064,1793 hectares a 1.631 famílias quilombolas. Foram outorgados pela Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA) do estado, de acordo com os procedimentos definidos pela Lei nº 12.910/2013 que prevê a titulação em favor dos quilombolas de terras devolutas estaduais. As terras estão localizadas na região da Chapada Diamantina, interior da Bahia.

Com as titulações de 2014 sobem para 154 as terras quilombolas tituladas no Brasil – ao menos 29 delas apenas parcialmente regularizadas. Permanecem no aguardo de conclusão pelo Incra mais de 1.400 processos.



Do total de 154 terras tituladas apenas 20% (31 terras somando 160.043,8645 hectares) foi regularizada pelo governo federal. Número que indica que o placar de titulações foi garantido principalmente pela ação dos governos estaduais, com destaque para o Maranhão que responde pelo maior número de titulações, 52 terras (37.375,2842 hectares), e do Pará, que regularizou 49 terras (485.285,9852 hectares).

CONT.



Placar Nacional

As 154 terras quilombolas tituladas somam 746.039,9212 hectares onde se encontram 243 comunidades. Nessas áreas vivem 14.512 famílias, o que representa 6,7% das 214.000 famílias que a SEPPIR estima ser a população quilombola no Brasil.

Os estados com maior número de terras tituladas continuam sendo o Pará e o Maranhão, cada um deles com 55 terras regularizadas. Somadas, as titulações nesses estados representam 70% das terras quilombolas já regularizadas em todo o País.

Observe-se, porém, que o último mandato do governador Simão Jatene (PSDB) registrou uma significativa queda no ritmo das titulações – entre 2011 e 2014, apenas três terras foram tituladas, beneficiando 329 famílias distribuídas em 10 comunidades. Em seu primeiro mandato (2002 a 2006), Simão Jatene titulou 10 terras e a governadora Ana Julia Carepa (PT-PA) garantiu 20 titulações entre 2006 a 2010.

CONT.



Terras Tituladas pelo Incra em 2014				
Terra titulada	Nº de títulos	Área titulada (ha)	Área reconhecida (ha)	% titulada
Conceição das Crioulas (PE)	6	1.232,2576	16.865,0678	7,31%
Invernada dos Negros (SC)	4	265,3163	7.952,9067	3,34%
Jatobá (RN)	7	130,8307	219,1934	59,69%
Mata de São Benedito (MA)	1	54,7880	1.114,3978	4,92%
Rincão dos Martimianos (RS)	4	26,1603	98,6341	26,52%
Santa Maria dos Pretos (MA)	2	607,5252	5.584,1620	10,88%
São Francisco Malaquias (MA)	1	625,5662	1.089,0918	57,44%
Total de 25 Títulos 2.942,4443 ha de área titulada 32.923,4536 ha de área reconhecida 8,94% Titulada  Comissão Pró-Índio de São Paulo				

Terras Tituladas em 2014

Apesar de baixa, a cifra de sete terras tituladas pelo Incra em 2014 é melhor do que a de 2013, quando o órgão federal titulou apenas três. No ano passado, foram regularizadas as primeiras terras em Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Os títulos outorgados regularizaram 2.942,4443 hectares e foram todos parciais. Em alguns casos mais de 50% da terra já se encontra em propriedade dos quilombolas, enquanto em outros, como no de Invernada dos Negros (SC), a porção titulada representa apenas 3,34% da área reconhecida como terra quilombola pelo Incra.

A outorga de títulos parciais decorre da complexidade do processo de desapropriação das propriedades de terceiros incidentes nas terras quilombolas. Numa mesma terra podem existir

CONT.



vários títulos de propriedade. Para cada propriedade o Incra propõe uma ação de desapropriação na Justiça Federal. À medida em que as ações são concluídas, o Incra tem expedido títulos parciais daquelas porções do território quilombola.

Terras Quilombolas tituladas em 2014				
Terra titulada / Comunidade	Expedidor	Famílias	Área titulada (ha)	Município - UF
Agreste	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	72	2.340,5536	Seabra - BA
Baixão Velho	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	95	3.817,7706	Seabra - BA
Conceição das Crioulas	Incra	750	1.232,2576	Salgueiro - PE
Invernada dos Negros	Incra	84	265,3163	Campos Novos / Abdon Batista - SC
Jacuíca	Iterma	65	323,0000	Matinha - MA
Jatobá	Incra	18	130,8307	Patu - RN
Lagoa Verde	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	75	1.275,2692	América Dourada - BA
Mata de São Benedito	Incra	35	54,7880	Itapecuru-Mirim - MA
Mocambo e Cachoeira	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	200	3.376,0633	Seabra - BA
Mulungu	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	258	2.378,5463	Boninal - BA
Muruteuzinho	Iterpa	38	628,4249	Santa Luzia do Pará - PA
Povoado de Conceição	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	178	2.693,8819	Boninal - BA
Povoado de Cutia	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	258	1.160,1228	Boninal - BA
Rincão dos Martinianos	Incra	55	26,1603	Restinga Seca - RS
Santa Maria dos Pretos	Incra	352	607,5252	Itapecuru-Mirim - MA
São Felipe	Iterma	72	679,0000	Viana e Matinha - MA
São Francisco Malaquias	Incra	18	625,5662	Vargem Grande - MA
Serra do Queimadão	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	150	1.504,4741	Seabra - BA
Vão das Palmeiras	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	300	1.022,0150	Seabra - BA
Vazante	Coordenação de Desenvolvimento Agrário Bahia	45	2.495,4825	Seabra - BA
Total de 20 Terras tituladas, 21 Comunidades, 3128 Famílias, 26.637 ha de área titulada				



Andamento dos processos no Incra

Mais um ano foi encerrado sem mudanças significativas no andamento dos processos no Incra. Dos mais de 1.400 procedimentos em curso, apenas 11% conta com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado, que é a primeira etapa do processo de identificação para titulação. Em 2014 foram publicados 15 RTIDs, em conformidade com a média do governo Dilma, de 14 relatórios publicados por ano.

Foram publicadas 19 portarias de reconhecimento pela presidência do Incra, etapa final dos procedimentos de identificação de uma terra quilombola – vale observar que 11 das portarias são de terras identificadas por RTIDs publicados em 2009 e 2010, ou seja, um longo intervalo de 4 a 5 anos para passar de uma etapa a outra.

Em 2014, não foi expedido nenhum decreto de desapropriação para regularização de terra quilombola – desde 2006 não se havia registrado um ano sem a assinatura de um decreto de desapropriação.

[Confira a relação das terras tituladas em 2014](#)

Foto destaque: Carlos Penteado.



Resposta do Ministério Público Federal PA à reportagem “Impasse em Belo Monte”, da Folha de S. Paulo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015

MPF/PA: Confira a resposta do Ministério Público Federal (MPF) à Folha de S. Paulo sobre a reportagem “Impasse em Belo Monte” ([clique aqui](#) para acessá-la):

“Ao repórter Marcelo Leite e à TV Folha

Sobre material divulgado pela TV Folha no dia 01 de fevereiro de 2015 sob o título ‘Impasse em Belo Monte’, de autoria de Marcelo Leite, o Ministério Público Federal no Pará gostaria de informar que está a disposição, como sempre esteve, para prestar esclarecimentos e informações sobre as graves irregularidades que detectou em inquéritos civis durante o acompanhamento que faz da instalação da usina.

Infelizmente, na confecção da reportagem acima referida, os responsáveis não procuraram o MPF para tratar dos problemas no processo de reassentamento dos moradores de Altamira que serão deslocados compulsoriamente por Belo Monte. Não menciona que as remoções estão sendo realizadas praticamente sem controle do poder público. Não menciona que o reassentamento rural coletivo previsto como condicionante da obra permanece até hoje descumprido. Não menciona o fato de que a Norte Energia S.A utiliza um especializado grupo de 26 advogados para negociar com uma população levada a aceitar as propostas completamente desprotegida, já que apenas em 2015, após esforços do MPF, a Defensoria Pública da União passou a atuar em Altamira e ainda assim em caráter provisório, sem previsão de assistência permanente às famílias.

A atuação da Defensoria, o MPF ou a própria DPU poderiam informar, já modificou substancialmente várias propostas que antes eram praticamente impostas aos atingidos. A reportagem não o menciona, como não menciona que os problemas do reassentamento são tantos e tão graves que a própria Norte Energia, diante de um auditório lotado com mais de 500 atingidos, admitiu a criação de uma câmara de conciliação que possa funcionar como instância de recurso das negociações amplamente questionadas pela população.

A população removida representa 25% dos moradores da cidade, o texto da TV Folha informa, contradizendo a própria assertiva inicial de que as remoções atingem “casebres de madeira nas áreas alagáveis de Altamira (PA), cercados de lixo por todos os lados”. Se o MPF tivesse sido procurado, informaria, por exemplo, a dimensão da oportunidade perdida com Belo Monte, já que Altamira poderia ter bairros planejados com espaços públicos de lazer e equipamentos essenciais, em lugar de uma corrida de remoções forçadas (serão 2 mil famílias removidas pelos próximos 2 meses, mantido o calendário e os atropelos atuais) para uma área de reassentamento que enfrenta questionamentos judiciais. Era o que estava previsto no licenciamento e que foi arbitrariamente modificado pelo empreendedor, sem nenhuma explicação plausível aos mais de 26 mil atingidos pelo deslocamento compulsório.

CONT.



Infelizmente, a reportagem não procurou o MPF para tratar das alegações feitas pela Norte Energia S.A como justificativa pelo atraso de cronograma de Belo Monte. Se o fizesse, saberia que o MPF discorda frontalmente da afirmação, dada pelo texto como verdade, de que “por conta de greves e invasões”, a operação da usina pode atrasar. A equipe da empresa, que atendeu à reportagem da Folha, por diversas vezes em notas públicas afirmou que ocupações e manifestações dos atingidos não afetavam o ritmo e cronograma das obras. Essa contradição evidente entre o discurso público da empresa e as alegações feitas à Aneel foi ignorada pelo texto da TV Folha.

A análise do MPF, feita sobre os documentos apresentados pela própria empresa, aponta o diminuto papel de greves e protestos no atraso: ao contrário, foi a incapacidade da Norte Energia de cumprir suas obrigações no processo de licenciamento que causou a maior parte dos atrasos. Foi a empresa, por exemplo, que atrasou em mais de 12 meses a apresentação do sistema de transposição de embarcações do rio Xingu. Mesmo assim, tenta fazer passar a versão de que o Ibama é responsável por não aprovar o sistema. Como o órgão licenciador poderia aprovar um sistema que não havia sido apresentado?

O texto registra, justiça seja feita, que a própria Aneel vem concordando, em sucessivos pareceres, com o entendimento do MPF. Se os técnicos da Aneel consideraram inválida a justificativa de “greves e protestos” para um possível atraso da obra, essa afirmativa não pode ser tratada como verdade, apenas como versão da empresa. A análise do MPF com inúmeros exemplos da incapacidade do empreendedor de cumprir suas obrigações se coaduna com documento assinado por 12 pesquisadores de universidades brasileiras, todos apontando a responsabilidade da qual a empresa agora quer se eximir, com prejuízo para todos os brasileiros. As informações sobre a real e inequívoca responsabilidade do empreendedor de Belo Monte no atraso estão disponíveis na internet, em caso de impossibilidade de contato direto com a instituição, pelo link: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/mpf-envia-informacoes-a-aneel-sobre-o-cronograma-de-belo-monte/>.

Se a reportagem tivesse feito contato com o MPF poderia ter conversado diretamente com os três procuradores da República que moram e trabalham em Altamira, onde a reportagem esteve. Se o fizesse, saberia que, sem nenhuma exceção, todas as ações compensatórias e condicionantes previstas para os povos indígenas atingidos por Belo Monte estão atrasadas ou simplesmente descumpridas. Saberia que tais medidas foram exigidas não para “complicar a marcha de Belo Monte” ou para “empatar-lhe o caminho”, como registra o texto. Foram exigidas porque a usina de Belo Monte, segundo o diagnóstico oficial, chancelado pelo estado brasileiro, firmado nos documentos oficiais do licenciamento da usina, é uma obra de altíssimo risco para a sobrevivência dos povos indígenas do Xingu.

Infelizmente, a reportagem não procurou o MPF, mesmo citando a procuradora da República Thais Santi, para ter acesso ao detalhado procedimento em que ela investigou o plano emergencial da Norte Energia para os povos indígenas afetados por Belo Monte. É essa investigação que demonstra, com laudos, vídeos, notas técnicas, documentos oficiais e visitas em campo a deterioração visível e palpável do modo e das condições de vida dos índios do

CONT.



médio Xingu desde o início das obras de Belo Monte em 2012. É com base nessa investigação, a que a reportagem poderia ter tido acesso se quisesse, que a procuradora classifica a política aplicada aos índios em Belo Monte de etnocida.

A reportagem também não conversou com nenhum antropólogo ou liderança dos oito povos indígenas impactados por Belo Monte para conhecer a extensão dos danos a eles causados pela política da empresa e para confirmar, ou não, as afirmações da procuradora Thais Santi citadas. Infelizmente, a reportagem parece ter considerado suficiente a palavra do superintendente de assuntos fundiários da própria Norte Energia, Luiz Antonio Zoccal Garcia, de que a procuradora “exacerbou” sobre a situação dos índios atingidos por Belo Monte. Infelizmente, a afirmação de uma fonte que está na folha de pagamento da Norte Energia e que não é especialista em assuntos indígenas ficou sem o contraponto justo e necessário.

Infelizmente, como demonstramos, várias questões de extrema gravidade não foram mencionadas na reportagem, mas, como dito acima, o MPF permanece à disposição para prestar esclarecimentos e informações, se a TV Folha e o repórter Marcelo Leite julgarem relevante”.



Manual do Selo Quilombos do Brasil está disponível na internet

SÍTIO CEDEFES, 10.02.2015

O material pode ser acessado no endereço eletrônico

<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/manual-do-selo-quilombos-do-brasil>

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) produziu manual referente ao Selo Quilombos do Brasil. O documento, publicado em novembro de 2014, está disponível na página do órgão e traz informações quanto à solicitação da marca, além de padronizar normas de uso.

O Selo é um certificado de origem, que visa atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola. A partir do resgate histórico dos modos de produção, a iniciativa agrega valor étnico aos produtos, contribuindo para promover a autossustentabilidade dos empreendimentos desenvolvidos nos quilombos do país.

Conforme ressalta a assessora da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Graça Cabral, a marca beneficia diferentes públicos. "O Selo é importante para quem produz e para quem consome. Quem consome saberá a origem do produto que está adquirindo; para o quilombola que produz, além de ser uma relevante ferramenta de identificação dos empreendimentos oriundos de suas comunidades, ele irá contribuir também para a geração de renda e de trabalho", afirma.

Graça acrescenta, ainda, que a iniciativa traz novas possibilidades de comercialização, por meio de feiras, redes de mercados, exposições e compras públicas.

Utilização do Selo

Criada no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), a marca pode ser concedida aos núcleos de produção, membros das associações, cooperativas e a pessoas jurídicas com empreendimentos nos territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares.

Para autorização de uso, o(a) solicitante deve comprovar que o produto agrega saberes étnico-culturais, além da utilização de matéria-prima local e práticas de produção sócio-econômicas ambientalmente sustentáveis.

Fonte: <http://www.seppir.gov.br/>



O sangue ainda corre na floresta. Dez anos do assassinato de Dorothy Stang
SÍTIO CEDEFES, 10.02.2015

Dez anos após o assassinato de Dorothy Stang, os mandantes do crime continuam em liberdade e o círculo vicioso de exploração, violência e impunidade segue imperando na Amazônia

"Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos. Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus". Estas foram as últimas palavras ditas por Dorothy Stang antes de ser alvejada por seis tiros, em uma estrada deserta de terra batida no interior do Pará. A missionária norte-americana tinha 73 anos de idade. Segundo seu executor, Rayfran das Neves, quando percebeu a aproximação da moto que levava seus assassinos, a freira abriu a Bíblia que carregava debaixo do braço e começou a rezar. O livro, inseparável, foi seu único consolo naqueles solitários segundos finais.

Neste 12 de fevereiro, o assassinato de Dorothy Stang completa dez anos, sem que os mandantes pelo crime tenham sido, de fato, presos. Depois de sucessivos julgamentos e do polêmico cancelamento do veredicto que condenou Vitalmiro Bastos de Moura a 30 anos de prisão, tanto ele como o outro mandante, Regivaldo Pereira Galvão, continuam livres. O caso, ao invés de exceção, infelizmente é a regra e retrato fiel da violência e impunidade que assolam comunidades rurais de todo o Brasil e especialmente da Amazônia.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2005 a 2014, 325 pessoas foram vítimas de assassinatos motivados por conflitos agrários. Mais da metade destes casos (67,3%) aconteceram na Amazônia Legal. O que mostra que, passados dez anos da morte de Dorothy, o sangue continua a correr na floresta.

Não bastasse o horror da violência, as famílias que sobrevivem às ameaças e os parentes das vítimas assassinadas ainda têm que conviver com seus algozes às soltas. De 1985 a 2013, a justiça recebeu 768 inquéritos de assassinatos no campo na região amazônica. Apenas 5% deste total chegou a julgamento, segundo a CPT. Pior: somente 19 mandantes receberam algum tipo de punição, sendo que a maioria responde às acusações em liberdade.

Este círculo vicioso de mortes, impunidade e mais violência alimenta uma indústria que vem financiando há anos o desmatamento da Amazônia. As populações tradicionais da região vêm sendo exterminadas por motivos econômicos muito claros, seja para a posterior ocupação com atividades ligadas ao agronegócio, para a grilagem de terra ou para a exploração madeireira ilegal, considerada o principal vetor de violência na Amazônia.

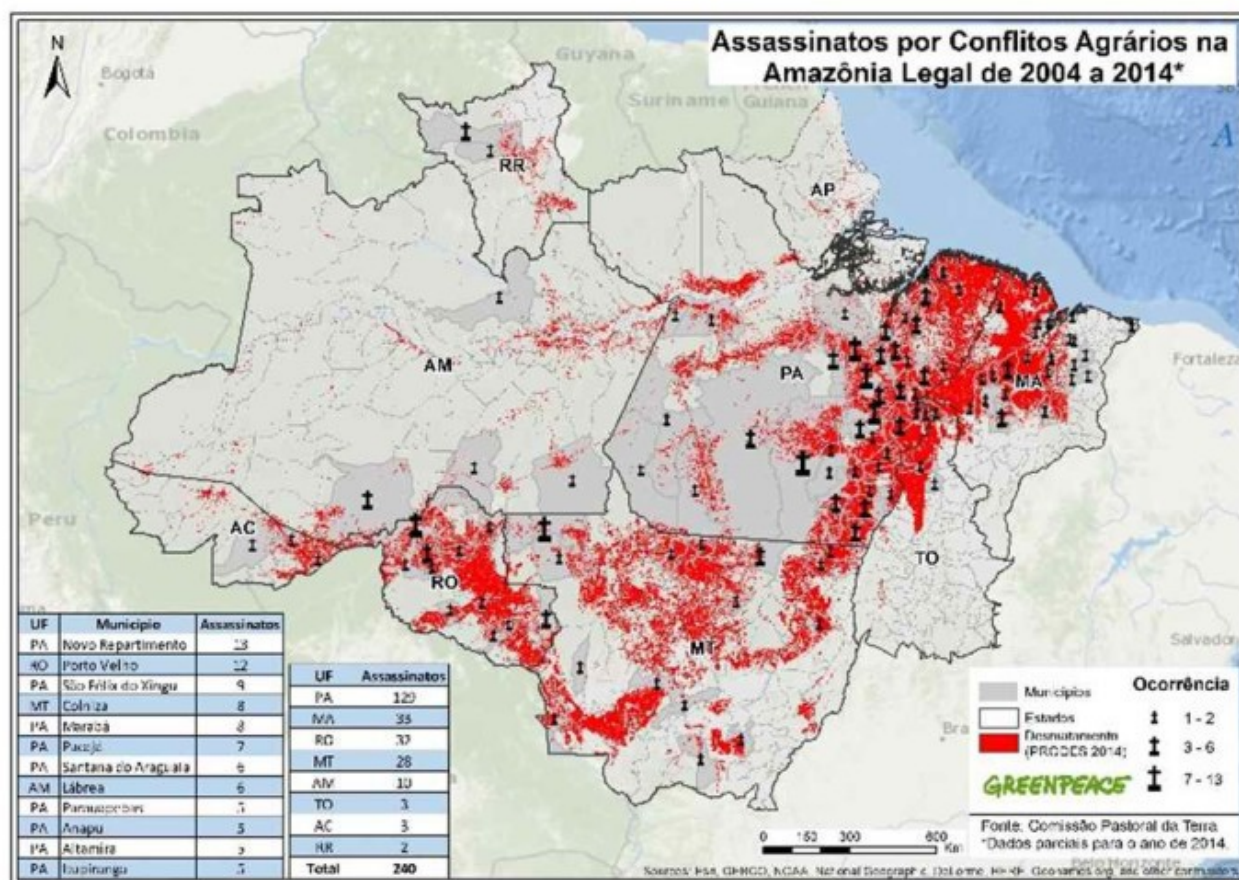
Foi o que aconteceu com Dorothy Stang. A missionária atuou por mais de 30 anos no município de Anapu, sudoeste do Pará, prestando apoio a pequenos produtores

CONT.

agroextrativistas. Na época de seu assassinato, ela lutava pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, há cerca de 40 quilômetros da sede do município. O local, no entanto, era disputado por fazendeiros e madeireiros da região. De acordo com a investigação da Polícia Civil, Vitalmiro e Regivaldo pagaram R\$ 50 mil pela morte de Dorothy.

Irmã Dorothy vinha denunciando a violência e as ameaças de morte há pelo menos um ano. Em 2004 a religiosa esteve em Brasília, por mais de uma vez, onde ofereceu denúncias ao Ministério da Justiça, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e participou da CPI Mista da Terra, na Câmara Federal. Nada disso adiantou para evitar seu assassinato.

"Infelizmente, o que vemos acontecer ano após ano é que as pessoas entram na lista de ameaçados de morte e só saem dela para entrar em outra lista, a de assassinados", afirma Danicley Saraiva, da campanha Amazônia do Greenpeace. "Isso tem que acabar".



CONT.



Caixões de madeira amazônica

O embate com grileiros e madeireiros ilegais também foi o estopim para o assassinato de outras vítimas simbólicas na luta pela floresta em pé: Zé Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. O casal de líderes extrativistas era conhecido pela defesa do manejo sustentável da mata e pela oposição a sua exploração irrestrita. Eles denunciavam constantemente a atuação dos criminosos no Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, a 50 quilômetros de Nova Ipixuna, no Pará. Foram mortos a tiros, em 2011.

“Nosso lote era lindo, a gente levava uma vida muito tranquila e pacata. Mas a partir de 2005, com a intensificação da exploração de madeira dentro do assentamento, o Zé começou a ser ameaçado e ficou ruim de viver. Até que aconteceu o que aconteceu”, relata Claudelice Santos, irmã caçula de Zé Claudio.

A exploração ilegal de madeira também foi o personagem principal da trama que levou à morte do sindicalista Josias de Castro e sua esposa, Ereni Silva, em agosto do ano passado, em Guariba, no Mato Grosso; e também ao assassinato de José Dutra da Costa, o Dezinho, ocorrido em novembro de 2000, em Rondon do Pará.

A violência no campo tem relação direta com desmatamento ilegal na Amazônia. Nos últimos dez anos, por exemplo, o Pará foi o estado que mais desmatou o bioma. Neste período, foram perdidos 39.666 quilômetros quadrados de florestas na região, segundo dados do PRODES (Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite), do Governo Federal. No mesmo intervalo, foram registrados 116 assassinatos no estado, o maior índice dentre todas as unidades da federação. Nos últimos dez anos 639 pessoas entraram para a lista de ameaçados de morte do Pará.

Fonte: Greenpeace / IHU On-Line.



Índios que bloqueiam acesso a Belo Monte aguardam resposta de empresa
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 10.02.2015

*Líderes indígenas aguardam resposta da Norte Energia até quarta-feira, 11.
Via de acesso ao canteiro de obras segue bloqueada pelo segundo dia.*

Servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Altamira, no sudoeste do Pará, reuniram-se nesta terça-feira (10) com líderes indígenas para negociar o desbloqueio da estrada que dá acesso ao Sítio Pimental, um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudeste do Pará. Eles disseram que irão aguardar até o meio-dia de quarta-feira (11) por uma resposta oficial da Norte Energia às reivindicações, e exigem ainda que a negociação seja realizada no local do protesto ou na cidade de Altamira. A Norte Energia informou que cumpre integralmente o Plano Básico Ambiental aprovado pela Funai. A coordenação da Funai na região informou que vai encaminhar as reivindicações dos manifestantes ao Governo Federal.

Índios Xipaia, Juruna e Arara bloquearam na madrugada da última segunda-feira (9) o trecho de uma vicinal do km 27, que dá acesso ao sítio Pimental, a 60 km de Altamira. Ônibus e caminhões foram usados para impedir o tráfego no trecho. Os indígenas pedem o cumprimento de ações previstas no Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena, que prevê melhorias para as aldeias como compensação aos impactos gerados pelo empreendimento de Belo Monte.

Entre as exigências estão a construção de casas em alvenaria, escolas, postos de saúde e banheiros, além da conclusão das obras de saneamento nas aldeias. Os índios alegam que a Norte Energia não está cumprido as ações previstas no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena.

A coordenadora regional da Funai, Estela Libardi, informou que a pauta discutida será encaminhada ao empreendedor de Belo Monte, ao Governo Federal e à FUNAI em Brasília.

Primeiro estudante indígena ingressa na pós graduação em universidade
SÍTIO CAPITAL NEWS, 10.02.2015

O estudante Lennon Ferreira Corezomaé será o primeiro pós-graduando indígena a cursar Mestrado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lennon também foi o primeiro indígena a concluir o curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade, em 2014, com desempenho acadêmico exemplar, e ao final do mesmo ano foi aprovado no processo seletivo 2015 para o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos.



Primeiro estudante indígena ingressa
pós graduação em universidade
Foto: Lidiane Volpi / CCS - UFSCar

Abrindo as portas para o povo indígena na pós-graduação da UFSCar, Lennon desenvolverá nos próximos anos a pesquisa "Escola Indígena: compreendendo os processos educativos relacionados à afirmação da identidade Umutina", que tem como objetivo compreender, a partir do olhar do seu povo, os Umutina, o papel da Escola Indígena Jula Paré na formação e valorização de sua identidade.

Segundo o site de notícias Dourados Agora, para Lennon, a valorização da identidade do seu povo transmitida pela escola indígena é de grande importância. O agora educador físico conta que estudou em escolas não indígenas, onde algumas vezes foi discriminado por outras pessoas. "Quando se estuda na aldeia não tem isso. A gente se respeita, pode andar tradicionalmente, pode falar nosso idioma, fazer nossos rituais e ninguém discrimina a gente. É desse modo que a escola indígena nos fortalece".

A metodologia da dissertação de Lennon terá como base a História Oral, a qual permite que minorias culturais e discriminadas, tais como indígenas, homossexuais e negros, dentre outros, encontrem espaço para validar suas experiências. Segundo o indígena, a academia é um espaço essencial para a discussão sobre as minorias, mas também há um problema, já que essa discussão geralmente não sai do âmbito acadêmico. "É importante abordar esses assuntos, pois é um momento de reconhecimento e de luta pelos nossos direitos. Temos que trazer as minorias para esse espaço".

A conquista de Lennon evidencia mais uma vez a importância das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, contribuindo para que indígenas e não-indígenas aprendam

CONT.



uns com os outros, primando pela interação cultural e pela troca de saberes e de conhecimentos. Segundo Lennon, as ações afirmativas também são importantes para que as pessoas possam conhecer de fato o povo indígena.

“Geralmente, o que as pessoas conhecem é o que se passa na televisão ou o que aprendem na escola, que é superficial. Para muitos, o indígena é um selvagem que não trabalha, diferente do que a gente mostra quando chega aqui. Quando eles realmente conhecem um indígena brasileiro, o que nós fazemos, nossas lutas, nossas conquistas e nossas dificuldades, diminui um pouco o preconceito. Espero que as experiências diversas pelas quais eu passei me ajudem a trabalhar na questão indígena e ajudar meu povo e todos os povos indígenas que eu puder”, conclui Lennon.

Fonte: Taciane Peres - Capital News.

Lava-rápidos desperdiçam água nas aldeias enquanto crianças passam sede
SÍTIO A CRÍTICA, 10.02.2015



Mães e filhos buscam água longe nas aldeias de Dourados - foto - João Rocha

Sem água para beber, indígenas da Reserva de Dourados convivem com o desperdício de água potável provocado por empresas de lava-jato, instaladas nas aldeias. Alguns dos "comerciantes", segundo informações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), não são índios, mas adquiriram o direito de morar na reserva como agregados, após se casarem com alguma nativa. O problema é tão grave que já foi parar na Justiça.

Em audiência de Conciliação na 2ª Vara Federal de Dourados, ficou decidido que a Sesai, com a colaboração do Ministério Público Federal, fará mapeamento e identificação dos desvios e uso inadequado de água potável com formulação de um plano para coibir a prática. Na mesma decisão, a Sesai fica responsabilizada de instalar caixas d'água potável de 5 mil litros, no regime de chafariz nos pontos mais críticos, definidos pela Sesai, O uso será supervisionado pelos agentes indígenas de saneamento.

CONT.



A Secretaria ficou responsabilizada ainda de elaborar, dentro de um ano, um estudo sobre a necessidade de se restabelecer um convênio com a Prefeitura para abastecimento de água na aldeia Bororó. A Sesai também terá que disponibilizar caminhões pipas enquanto houver necessidade.

Todas estas providências deveriam ser tomadas em, no máximo abril de 2014, quando venceram todos os prazos estipulados em acordo. Sem que nenhuma providência fosse tomada, o Ministério Público Federal poderá pedir para que a justiça execute multas, já que é o órgão responsável pelo cumprimento dos prazos.

Providências

O coordenador da Sesai, Ilário da Silva, diz que já iniciou o levantamento dos lava jatos e constatou inicialmente 6 empresas. Uma destas estaria lavando até maquinários agrícolas em grande escala na reserva o que, além do desperdício, estaria contaminando o lençol freático com os resíduos que saem desses implementos.

Ilário diz que, como em todo brasileiro, o indígena não está proibido de usar água para fins comerciais, porém ressalta que devido a crise hídrica da reserva seria pouco ético gastar água potável para estas finalidades. "Nós até pedimos conscientização, mas somos ameaçados por aqueles que não querem perder seu lucro", conta.

Por causa disso, ele diz que nem pode instalar as caixas d'águas porque há um conflito entre as famílias indígenas de que esta água seria mais uma vez desperdiçada pelos lava-jatos. Por outro lado, ressaltou ainda que algumas empresas já demonstraram interesse de instalar poço próprio para usar a água e que há negociações para uma parceria futura com a Fundação nacional de Saúde(Funasa) para a construção de 10 poços em regiões de escolas e postos de saúde das aldeias de MS.

"O grande problema é que não há vazão suficiente na tubulação para que a água chegue até as famílias que estão na ponta da Reserva".

Outro problema é a falta de manutenção. Recentemente o agente de saneamento Ivan Cleber, denunciou que o depósito de materiais estava vazio. Por causa disso, muitos vazamentos não são contidos. "Hoje os remendos das canalizações são feitas com sacolinhas de plástico", destaca.

Sede

O cacique da aldeia Jaguapiru, Vilmar Martins, diz que em alguns casos a comunidade indígena está até arriscando a vida entrando em fazenda particular para conseguir água. "É a única alternativa para matar a sede das crianças. Elas faltam na escola e os postos de saúde começam a ficar lotados", destaca, observando que acredita que 80% da reserva fica desabastecida.



Parceria com CIDH propõe desenvolvimento do Judiciário na área de direitos humanos

SÍTIO CENÁRIO MT, 10.02.2015

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, e o representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o mexicano José Jesús Orozco Henríquez, firmaram, nesta terça-feira (10), carta de intenções visando à capacitação e ao desenvolvimento do Judiciário brasileiro na área de direitos humanos. A assinatura se deu numa reunião inédita, no gabinete da Presidência do STF, com a participação de representantes da CIDH, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH). O documento foi assinado também pelo secretário executivo da Comissão, Emilio Álvarez Icaza.

Na assinatura do documento (veja a íntegra), o presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, destacou a importância do protocolo de intenções. "O primeiro ponto a ser aprofundado é a divulgação, entre os 16 mil magistrados brasileiros, da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, das decisões da Comissão, da linha de pensamento que domina esses órgãos, as grandes questões discutidas, e mostrar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assim como o sistema internacional, liderado pela ONU, se interligam", afirmou o ministro Leewandowski.

Ele lembrou que o STF preza muito os tratados internacionais, e que a pauta da Corte tem avançado significativamente nas matérias relativas aos direitos humanos, como nos julgamentos de casos sobre cotas raciais e sociais nas universidades públicas, proteção aos direitos indígenas, reforma agrária e relações homoafetivas.

O representante da CIDH assinalou que o Brasil tem uma participação e intervenção cada vez mais intensa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. "O país assinou a Convenção Interamericana, aceita a competência da Corte Interamericana e tem membros tanto na Corte quanto na Comissão", observou José Jesús Orozco Henríquez. Por isso, o protocolo de intenções tem, na sua avaliação, "um profundo significado para os juízes e para os operadores jurídicos" porque, entre outros aspectos, colocará à disposição, em português, toda a documentação relativas aos dois órgãos.

O presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Humberto Antonio Sierra Porto, também destacou a importância da capacitação dos operadores jurídicos, principalmente juízes, "para que conheçam os padrões internacionais de direitos humanos e possam aplicá-los". Henríquez lembrou que os principais garantidores dos direitos humanos são as autoridades.

CONT.



A ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), participou da reunião para a assinatura da carta de intenções como integrante da recém-criada Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), representando o Conselho Nacional de Justiça. Ela anunciou que a CNDH pretende realizar, no fim do ano, um grande evento voltado para as discussões sobre direitos humanos, envolvendo a sociedade civil e o poder público. "O Brasil está muito preocupado com essas questões, e a parceria com a CIDH é um passo importante para a implementação dos direitos humanos como um todo no país", afirmou.

Controle de convencionalidade



Para o ministro Ricardo Lewandowski, a carta de intenções é um primeiro passo para aprofundar a integração do Poder Judiciário brasileiro ao sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. "É preciso que os juízes compreendam não apenas como funcionam esses sistemas, mas como se integram, e façam aquilo que o ministro Celso de Mello chama de 'controle de convencionalidade', ou seja, verifiquem se determinada ação está ou não em conformidade com as convenções internacionais das quais o Brasil faz parte", afirmou.

Capacitação

O documento prevê a realização de cursos de formação e de capacitação de juízes e de funcionários dos tribunais. As qualificações em direitos humanos serão oferecidas no âmbito das escolas da magistratura, por meio de congressos, seminários, colóquios, simpósios, conferências, fóruns e outras atividades jurídicas e de difusão.

A carta também estipula a criação de bibliografia eletrônica no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reunirá material jurídico de interesse na área de direitos humanos, com tradução em português, a jurisprudência da CIDH e outras informações relevantes para a prática jurídica.

O terceiro ponto da carta prevê a publicação de livro com os textos dos tratados internacionais que compõem o sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

CONT.



CIDH

Criada em 1959 no âmbito da Organização dos Estados Americanos, a CIDH é responsável pela promoção e pela proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano. A aproximação com organismos internacionais com o objetivo de fortalecer a proteção aos direitos fundamentais é uma das diretrizes do ministro Ricardo Lewandowski para a gestão do Judiciário nacional no próximo biênio.

CF/EH

Dez estudantes de aldeia indígena ficam feridos em acidente em Bauru

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 10.02.2015

*Ônibus escolar em que eles estavam bateu em um caminhão de gás.
Outros dois veículos se envolveram no engavetamento na rodovia.*

Um engavetamento na noite de segunda-feira (9) na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barro, em Bauru, deixou dez pessoas feridas. Todas estavam em um ônibus escolar de estudantes da Aldeia Indígena de Avaí e voltavam da faculdade para casa.

De acordo com a Polícia Rodoviária, chovia muito no momento do acidente. Quatro veículos se envolveram no engavetamento no quilômetro 347 da rodovia. A colisão mais forte envolveu o ônibus escolar que bateu na traseira de um caminhão carregado com botijões de gás.

“Estava chovendo muito no local do acidente e os veículos pararam repentinamente e o ônibus não conseguiu frear a tempo para evitar a colisão”, explica o sargento Cléber Silvério.



O ônibus transportava 14 passageiros, todos fazem parte da comunidade indígena de Avaí. Os índios são estudantes de uma faculdade de Bauru e estavam voltando para casa.

Dez deles tiveram ferimentos leves. “Alagou a baixada da rodovia e os carros pararam. Infelizmente eu não consegui parar a tempo, eu vi o caminhão e não deu tempo”, conta o motorista do ônibus Luciano César de Carvalho Mariano.

A faixa da direita da rodovia no sentido Bauru-Marília ficou interditada até a retirada dos veículos. A polícia recomenda mais atenção aos motoristas diante de pistas molhadas. “Não se deve parar na rodovia e só em caso extremos no acostamento”, completa o sargento. As vítimas foram encaminhadas para o Pronto-Socorro Central de Bauru.



João Grandão propõe que municípios com maior concentração indígena criem coordenadoria

SÍTIO CAPITAL NEWS, 10.02.2015

O deputado estadual João Grandão aproveitou a sessão da Assembleia desta terça-feira (10) para defender a luta pela independência dos povos indígenas.

Segundo Grandão, para que essa independência ocorra é preciso vontade política e compromisso do poder público. "Conversamos sobre a possibilidade de estabelecer uma espécie de comissão, de coordenadoria de políticas indígenas para discutir a organização da produção nas aldeias, levando isso tudo ao conhecimento do poder executivo de Caarapó", disse.

O deputado ainda sugeriu que todas as prefeituras de municípios com maior concentração e presença de aldeias indígenas criem uma coordenadoria para discutir políticas públicas específicas para os índios. "Assim, a discussão não ficará restrita ao que o fazendeiro quer ou ao que o índio deseja, mas em uma negociação boa para todas as partes e com a efetiva participação do Poder Público e da sociedade civil".

Fonte: Kemila Pellin - Capital News.



PSB votará contra MP que altera concessão de benefícios, anuncia Capiberibe
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 11.02.2015

O PSB votará contra duas medidas provisórias (MPs) baixadas pela presidente Dilma Rousseff para alterar a concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, conforme anunciou nesta quarta-feira (11) o líder da bancada do partido, senador João Capiberibe (AP). As MPs a que se refere o parlamentar são a 664/2014, que modifica as regras da pensão por morte e do auxílio-doença, e a 665/2014, que prevê novas normas de concessão do seguro-desemprego para os trabalhadores em geral e os pescadores artesanais, bem como do abono salarial.

Capiberibe esclareceu que a posição da bancada segue orientação do partido, adotada em reunião de 27 de novembro do ano passado, a favor da manutenção das conquistas dos trabalhadores e aposentados. Segundo o líder do PSB, o partido defende, em política econômica, uma concepção de desenvolvimento que promova a erradicação da pobreza e da exclusão social, com estabilidade econômica e financeira.

O parlamentar disse que os seis senadores do PSB defenderão também uma reforma política que aperfeiçoe a democracia representativa e limite a edição de medidas provisórias aos casos de urgência e relevância previstos na Constituição. Segundo ele, é preciso que os parlamentares exerçam sua função essencial, que é a de legislar. Capiberibe apoiou ainda o fim das coligações proporcionais e o estabelecimento de cláusula de desempenho.

— Nossa proposta inclui, ainda, a implantação do financiamento público de campanhas, a unificação do calendário eleitoral e o fim da reeleição com mandato de cinco anos.

Quanto às políticas sociais, o líder do PSB defendeu "aumento substantivo" na qualidade do ensino, massificação do ensino profissional e da qualificação da mão de obra, financiamento adequado e aperfeiçoamento do sistema nacional de saúde pública e fim do fator previdenciário, além da manutenção de programas de assistência como o Bolsa Família e a erradicação da pobreza.

Capiberibe disse que seu partido defenderá a realização de pacto anticorrupção, com a participação de entidades da sociedade civil organizada, Ministério Público, Magistratura, Tribunais de Contas, órgãos de controle, governos e empresas. O objetivo, como acrescentou, é coibir a corrupção e tornar transparente a relação dos negócios públicos com a iniciativa privada.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado).



Valadares quer participação popular na gestão da água

SÍTIO FAXAJU, 11.02.2015

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) voltou a defender uma maior participação da sociedade na gestão das águas e uma regulamentação das prioridades do setor, para que as populações ribeirinhas não sejam prejudicadas com a redução na vazão dos rios. Valadares é autor de projeto que prevê a consulta aos comitês de bacias hidrográficas antes do aumento ou redução da vazão.

O senador citou como exemplo o Rio São Francisco, que já enfrenta o maior período de redução da vazão de água. Segundo Valadares, a Agência Nacional de Águas (ANA) prorrogou, mais uma vez, a redução temporária da descarga mínima de água dos afluentes do rio. Para o senador, a medida prejudica especialmente pescadores artesanais, pequenos agricultores, comerciantes e a população das cidades que dependem dessa água para sobreviver.

— A situação hídrica na região é dramática e pode ficar ainda pior, prejudicando quem mais depende diretamente das águas na região do baixo São Francisco. Estão fazendo com que o ônus da falta de água recaia apenas sobre os mais fracos, sobre a população mais pobre, que depende do rio para sobreviver.

Na avaliação do senador, os governantes não podem culpar apenas a falta de chuva, já que a escassez de água envolve outros fatores, como o consumo da água na irrigação, nas indústrias, e no abastecimento das cidades. Além disso, há a deterioração da qualidade, causada pelas fontes de poluição e pela degradação ambiental das margens. Para ele, é preciso olhar para o todo e agir com urgência e responsabilidade. — O administrador público não pode olhar para o céu e querer culpá-lo pela falta de água — afirmou.

Fonte: Ascom Agência Senado.



MP recomenda reabertura de 1º e 2º ano em escola pantaneira

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 11.02.2015

Prefeitura de Corumbá não observou direito ao acesso à educação na comunidade

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS) encaminharam recomendações à prefeitura de Corumbá para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes de várias comunidades tradicionais do Pantanal. As medidas, reivindicadas pelos moradores, buscam assegurar a matrícula das crianças em escola próxima e o transporte escolar seguro e gratuito.

Na comunidade do Paraguai-Mirim, distante 140 km da cidade de Corumbá, o MP recomendou a reabertura do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental na escola local. As crianças menores foram realocadas, sem a participação efetiva da comunidade na decisão, para outra escola e, diariamente, precisam percorrer um percurso de aproximadamente 1h30min de barco para frequentar as aulas. Os pequenos, segundo os moradores, saem 5h30min da manhã e só retornam às 19h30min para suas casas.

Além da pouca convivência familiar e dos riscos do transporte pelo rio, a mudança das séries forçou alguns pais a aceitar os perigos do percurso e o distanciamento de seus filhos para que eles continuassem estudando, situação que revoltou os ribeirinhos.

Transporte escolar

Enquanto as crianças das comunidades pantaneiras do Rio Paraguai enfrentam riscos no transporte de barco, "que já quase tombou", segundo os moradores, os estudantes da região do Rio Taquari sofrem sem o fornecimento de transporte escolar. Nas comunidades do Limãozinho, Cedro, Cedrinho, São Domingos e Corixão, os alunos precisam percorrer longas distâncias a pé, em meio ao ambiente selvagem do Pantanal, para frequentar as aulas.

Em visita às comunidades, o MPF se deparou com as dificuldades de acesso às escolas e o sentimento de abandono pelo Poder Público dos moradores. Na recomendação encaminhada, o Ministério Público requereu ao Município o fornecimento de transporte escolar gratuito e diário para as 5 comunidades tradicionais do Taquari citadas no documento.

A Prefeitura de Corumbá tem 20 dias para responder se acata ou não às recomendações. A medida é imediata para garantir o direito dos alunos já para o letivo de 2015.

Quilombolas denunciam igreja e prefeitura por intolerância e perseguição

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 11.02.2015



Quilombolas denunciam igreja e prefeitura por intolerância e perseguição

Lideranças da comunidade remanescente do Quilombo Mumbaça, em Traipu, a 172 quilômetros da capital alagoana, denunciaram na manhã desta quarta-feira, dia 11, à Comissão de Defesa dos Direitos das Minorias da OAB, um caso de perseguição e violação de direitos por parte do pároco da Igreja Católica na cidade e da prefeitura do município.

As lideranças alegam que manifestações seculares, e a identificação oficial como remanescentes da comunidade têm sido negadas pela igreja e pelo executivo do município. No caso da igreja, um dos exemplos citados pelas lideranças diz respeito ao impedimento de cortejos fúnebres que percorrem a igreja católica. O pároco local teria impedido a tradição secular.

As lideranças afirmam, ainda, que o município tem recusado serviços básicos como transporte e identificação dos moradores em cadastros oficiais, o que serviria como reafirmação da identidade cultural da comunidade. A OAB deverá apurar também a denúncia de que a chefe do município teria transformado a comunidade quilombola, protegida por lei federal, em distrito.

CONT.



Participam da reunião, além das lideranças, representantes da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas e outras entidades do Movimento Negro no Estado.

O presidente da Comissão Defesa dos Direitos das Minorias da OAB/AL, Alberto Jorge Ferreira, disse que a partir das denúncias será elaborada uma representação criminal junto ao Ministério Público Federal para apurar as supostas irregularidades.

Prefeitura

De acordo com a assessoria de comunicação da Prefeitura de Traipu, as motivações para as denúncias são políticas. O Executivo nega qualquer negativa de serviços aos moradores da comunidade. Quanto à transformação da comunidade em distrito, o Executivo informou que o projeto foi aprovado pelo Legislativo municipal e sancionado pela prefeita, Conceição Tavares (DEM). O projeto seria de autoria de um vereador da própria comunidade.

A reportagem ainda tenta contato com a assessoria da Igreja Católica.



Boletim de Notícias - Edição nº 26/2015

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Exposição no Rio de Janeiro tenta impedir desaparecimento de línguas indígenas
SÍTIO PORTAL EBC, 11.02.2015

Por Repórter Brasil Fonte:TV Brasil

A exposição busca colocar as pessoas em contato com a realidade das línguas indígenas. As vozes de 15 idiomas indígenas ameaçados de extinção podem ser ouvidos. Em toda a América Latina cerca de 550 idiomas foram identificados.

A mostra inspirada no mito do papagaio de Humboldt, a história conta que o explorador alemão comprou um papagaio de uma etnia do Caribe, mas só depois de um tempo percebeu que o papagaio não falava a língua dos índios da localidade, o animal falava uma etnia que já havia sido extinta.

[Assista a reportagem.](#)

MPF recorre contra decisão que declarou inexistentes etnias indígenas Borari e Arapium, no Pará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2015

Justiça Federal de Santarém determinou que a identidade dos povos Borari e Arapium não existe. Para o MPF sentença viola a Constituição e a Convenção 169 da OIT



MPF PA

O Ministério Público Federal em Santarém apresentou apelação cível contra decisão da Justiça Federal de Santarém que determinou que as etnias indígenas Borari e Arapium são inexistentes. A decisão, do juiz federal Airton Aguiar Portela, assinada em dezembro de 2014, negou o direito de autorreconhecimento dos povos indígenas, decretando que ambos, há anos em conflito com madeireiros e com as terras já delimitadas pela Fundação Nacional do Índio, são formados por "falsos índios", ribeirinhos que teriam deixado de ser índios.

Para o MPF, ao negar o autorreconhecimento e o trabalho técnico dos antropólogos que delimitaram a Terra Indígena Maró, a sentença "incide na mesma prática que tenciona historiar, qual seja, o etnocídio de povos indígenas. Trata-se de mais um expediente de esbulho renitente que vêm sofrendo tais populações desde que as cortes europeias invadiram o Brasil nos idos do século XVI. Afinal, invisibiliza etnias indígenas existentes e os insere na massa da sociedade envolvente homogênea, tal como fizeram os colonizadores".

CONT.



A sentença foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF, Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeireira que incidiam sobre a terra indígena. Na decisão, o juiz Airtton Portela juntou duas ações judiciais – uma do MPF, que pedia a urgência na demarcação da terra Maró e outra de associações de trabalhadores rurais que temiam perder suas terras com a demarcação. O processo das associações, no entanto, deveria ter sido extinto, uma vez que, na publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Maró, ficou claro que as terras onde moram essas comunidades ficaram fora da demarcação.

As próprias associações, com a publicação, pediram a desistência da ação, mas o juiz ignorou o pedido e determinou o seguimento do processo. O MPF informa, no recurso apresentado semana passada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que o mesmo advogado que assina o processo das associações é advogado de diversos madeireiros que tiveram licenças embargadas na terra indígena. E, durante os trabalhos de delimitação, a equipe da Funai foi ameaçada de morte por madeireiros na região.

Um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama também comprova a presença e o interesse dos madeireiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas. “Há, ainda, uma tática que nos parece clara, por parte dos empresários, de desqualificação das lideranças que se opõem aos interesses dos mesmos, cuja face mais visível é a das lideranças dos auto-declarados povos indígenas. Essa tática inclui matérias, aparentemente pagas, na imprensa, onde essas lideranças são chamados de ‘falsos índios’, em discurso que é disseminado na região, e que começa a ser assumido pelas lideranças comunitárias favoráveis aos recém-chegados, além de contaminar de maneira sub-reptícia, o discurso daqueles que deveriam tratar a questão com o máximo de distanciamento possível”, diz o relatório juntado pelo MPF.

O procurador Camões Boaventura, responsável pelo caso, chama atenção ainda para as impropriedades científicas cometidas na sentença. Ao discorrer sobre identidade, tradicionalidade e outras questões típicas da ciência antropológica, o juiz cita, fora de contexto, antropólogos brasileiros de renome internacional, como Eduardo Viveiros de Castro. Na verdade, a citação utilizada pelo juiz foi retirada de reportagem da revista Veja, já denunciada pelo próprio antropólogo e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) como fraudulenta.

A pedido do MPF, Eduardo Viveiros de Castro emitiu parecer sobre a sentença em que refuta as considerações antropológicas do juiz e repudia o uso distorcido de seu pensamento. A antropóloga Jane Beltrão também emitiu parecer contra a sentença, assim como Raphael Frederico Acioli, analista do MPF. Além disso, o professor Gilberto Lopes Rodrigues, da Universidade Federal do Oeste do Pará, ofereceu nota técnica para embasar o recurso judicial.

Para o MPF, a sentença contribui para o esbulho de que os povos indígenas são vítimas há séculos, copiando métodos muito conhecidos desde o período colonial, de retirada de direitos e negação de identidades culturais indígenas. “É nesse contexto que os povos Borari e Arapium,

CONT.



muito embora estejam habitando a área da TI Maró há séculos, somente buscaram empunhar a bandeira de suas identidades indígenas. Assim, neste momento, não houve conversão de ribeirinhos em indígenas, como quer fazer crer o juiz prolator da sentença. O que houve, repita-se, foi um legítimo processo de reavivamento de uma identidade coletiva específica, sempre existente, mas que dormitava face os constantes processos de opressão e sonegação de direitos”, diz o recurso do MPF.

O MPF pede que, ao reconhecer o recurso, o tribunal determine a suspensão das permissões e proíba a circulação de madeireiros na área indígena, assim como o prosseguimento da demarcação. A apelação deverá ser julgada no TRF1, em Brasília.

Processos nº 2010.3902.000249-0 / 2091-80.2010.4.01.3902

[Íntegra da sentença](#)

[Íntegra da apelação](#)

Ministério Público Federal no Pará.
Assessoria de Comunicação.

Justiça exige correção de relatório que limita área de quilombo Rio dos Macacos, diz DPU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2015

Incra delimitou território menor ao aceito pelo Rio dos Macacos, diz defesa. 'Assim, toda área coletiva vai ser retirada da gente', diz líder comunitária.



Por Maiana Belo, do G1 BA

A Justiça Federal determinou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) corrija o edital do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade (RTID), publicado em agosto do ano passado, sobre o Quilombo Rio dos Macacos, segundo informações da Defensoria Pública da Bahia (DPU-BA). O G1 ainda não conseguiu contato com o Incra.

A decisão para correção do edital ocorreu porque a informação que foi publicada nele é de que o quilombo seria delimitado em 104 hectares, espaço proposto pelo governo e que não foi aceito pelos quilombolas em audiência pública ocorrida em maio do ano passado, ocorrida na sede do Ministério Público Federal (MPF). O Incra considera como área remanescente de quilombo a área total do terreno, que possui cerca de 300 hectares.

“Teve uma assembleia no Ministério Público com a gente, mas depois o governo se juntou com o Incra e eles decidiram pela vida da comunidade e colocaram 104 hectares no Diário Oficial.

CONT.



Nessa divisão, toda a área coletiva da comunidade vai ser retirada da gente, área de mata, de rio, que a gente usa a água e pesca. Dos 104 hectares, a gente não pode mexer em 70% porque é uma parte da mata e comunidade preserva essas áreas. A comunidade vive da roça”, disse a líder comunitária Rosemeire Silva, em defesa da área total do território.

A Defensoria Pública considera que houve descumprimento da decisão liminar, porque o documento divulgado não está em concordância com o relatório favorável à comunidade quilombola. Pela determinação judicial, o Incra tem até esta quarta-feira (11) para republicar o edital. A primeira publicação do edital do relatório foi determinada pela juíza da 1ª Vara Federal de Salvador em junho do ano passado. A decisão judicial foi motivada por uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria em conjunto com o Ministério Público Federal.

A publicação

Dois anos após o início das discussões lideradas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Incra publicou os limites do Quilombo Rio dos Macacos, região alvo de disputa entre moradores da comunidade e Marinha, na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (26).

Conforme publicação, os trabalhos envolvidos na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) definiram que, dos 301,3 hectares de terra que integram o quilombo, 104 serão destinados à regularização fundiária de 67 famílias remanescentes.

De acordo com o Incra, o desenho da delimitação foi definido por meio da necessidade de que fossem asseguradas a regularização das terras quilombolas e também a manutenção de áreas necessárias à segurança nacional. Além das famílias que vivem no quilombo, a Marinha do Brasil mantém no local a Vila Naval e a barragem que abastece a Base Naval de Aratu, uma das mais estratégicas bases do país, que funciona desde a década de 1970.

Em maio deste ano, o governo federal ofereceu à comunidade quilombola uma área de 86 hectares ao norte da barragem que existe no local, como também seis hectares ao sul da Vila Naval. O Governo da Bahia concedeu mais uma área de 12 hectares ao lado do terreno de propriedade da Marinha, totalizando 104 hectares.

Segundo o Incra, durante reunião entre os envolvidos no processo, ocorrida no dia 21 de agosto, em Brasília (DF), houve a aprovação final do governo e definição da regularização fundiária do território da comunidade. O relatório foi aprovado no dia 22 de agosto pelo Conselho Diretor do Incra.

Conforme publicação no Diário Oficial da União, os envolvidos no processo têm 30 dias para manifestar posicionamento sobre a delimitação definida, e mais 90 dias para contestar a decisão.

CONT.



Histórico

O conflito com a Marinha começou na década de 70, depois que a Base Naval de Aratu foi construída e a União pediu a desocupação da área. Com isso, em 2009 os moradores do quilombo solicitaram uma intervenção do MPF que agora atua junto à Justiça para provar que eles são remanescentes de escravos e têm o direito de posse.

Uma decisão liminar proferida em novembro de 2010 foi favorável ao pedido da ação reivindicatória proposta pela Marinha e ordenou o despejo das famílias. Há um ano, o juiz Evandro Reimão dos Reis, titular da 10ª Vara Federal, manteve a sentença, sem suspender seus efeitos até o pronunciamento da instância superior, e ordenou o despejo dos quilombolas, mas até agora nenhuma medida de execução foi tomada.

O governo federal tenta acordo para transferir os moradores para outro terreno da União, mas os quilombolas, que há várias gerações ocupam a área, resistem em sair do local. Estudo técnico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apurou detalhes sobre a ocupação e reconheceu a área como terreno quilombola.

Foto: Meninos quilombolas – Acervo Incra.



Índios não precisam de quitação militar para tirar título de eleitor, decide TRE-RO
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2015

Rondoniagora

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, após uma ampla discussão da matéria, acatou o pedido do Ministério Público Eleitoral de dispensa da obrigatoriedade de indígenas apresentarem quitação do serviço militar para o fornecimento de título de eleitor. Para o MPE, a norma do TRE deveria ser revista porque os índios não são obrigados a servir ao Exército.

O TRE e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuem normas que exigem a quitação militar baseadas no Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73, que estabelece a diferenciação entre indígenas integrados, isolados ou em vias de integração. Porém, a Constituição Federal garante o direito à igualdade entre eles e, portanto, a distinção feita no Estatuto do Índio é inconstitucional.

O MPE argumentou, ainda, que o próprio Exército não exige que os índios prestem o serviço militar, sendo que o alistamento é voluntário para os indígenas. Dessa forma, o TRE e o TSE não podem exigir que o índio seja obrigado a apresentar a quitação de serviços que eles não são obrigados a prestar.

Ao final das discussões na Corte, ficou decidido por maioria de votos, nos termos do voto do Juiz Juacy dos Santos Loura Junior, pelo reconhecimento da nulidade do item 24.29 do Provimento da Corregedoria n. 02/2007 do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que exigia a quitação eleitoral como condição indispensável para o alistamento eleitoral.

Para o relator do acórdão, "faz-se necessário haver uma adequação de entendimento da Corte quanto à relativização de certas exigências para o alistamento eleitoral dos indígenas, e justamente, nessa perspectiva, coaduno com linha de pensamento do Ministério Público Eleitoral, no sentido de que o tratamento dado aos índios, com distinção entre indígenas integrados ou não integrados, não se ajusta à vigente ordem constitucional".

Adiante, acrescentou que "vincular o direito ao alistamento eleitoral à apresentação de comprovante de quitação do serviço militar seria uma patente restrição ao exercício da cidadania pelos índios, não recepcionado pela ordem constitucional vigente"

O Acórdão n. 359/2014 Representação N. 30-29.2014.6.22.0000 – CLASSE 42 – PORTO VELHO – RONDÔNIA foi publicado no DJE de TRE-RO n. 25, pag. 14, da última sexta (06).

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vinícius Valentin Raduan Miguel.

Autodemarcação encontra grileiros e pede participação do Instituto Chico Mendes
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2015



Lideranças e guerreiros Munduruku seguem com a autodemarcação do território Daje Kapap Eypi, localizado no Médio Tapajós, municípios de Itaituba e Trairão, oeste do Pará e encontram problemas nesta empreitada. As empresas e o governo que estão envolvidos com os projetos das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, já sabemos que estão interessadas no potencial energético dos rios da Amazônia e, portanto, não compactuam com a legitimação do território Munduruku, pois indicaria a necessidade do cumprimento da Convenção 169 da OIT (que garante às populações tradicionais uma consulta prévia livre e informada), o que afirmou a então presidente da Funai Maria Augusta Acirradi em conversa com os Munduruku.

Não bastasse essa grande barreira a uma resistência que não quer estes projetos hidrelétricos, há vários tipos de grileiros na área que compreende o território Daje Kapap Eypi, o grupo que está no processo de demarcação já encontrou alguns deles como bananeiros e madeireiros. Até então não houve relato de conflito físico, porém alguns indígenas alertam para os riscos destes encontros, uma vez que estes homens andam armados e a maioria não está aberta ao diálogo.

“Falaram que a roça era deles, né. Nós explicamos que a terra era indígena e que estávamos ali demarcando. Então o Juarez (cacique da aldeia Sawré Muybu) disse pra eles usarem a roça

CONT.



já feita, mas que dali pra diante não roçarem nem um palmo. Mas dali eles fizeram a roça e dessa roça eles aumentaram o bananal mais pra cima. Não era pra passar, mas eles passaram mais de 500 metros. Então eles mesmos entraram, por conta deles, na nossa terra. Eles tão sabendo que a terra é nossa.” Conta Seu Valter, cacique da aldeia Dace Watpu, sobre o encontro com bananeiros durante a autodemarcação.

Cacique Juarez cobra presença do ICMBio

Como já sabemos o território Daje Kapap Eypi fica dentro da Floresta Nacional de Itaituba II (FLONA de Itaituba II) e é vizinho do Parque Nacional da Amazônia (PARNA da Amazônia) e da Flona de Itaituba I, que são unidades de conservação, instituídas a partir do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que deveriam ser geridas pelo governo, mais especificamente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

“Porque esses madeireiros vem do sul, não sabemos quem são, é por isso que queremos pedir ao ICMBio que nos acompanhe no final dessa demarcação já que essa também é uma área de proteção”. Foi o que disse Cacique Juarez, no final do mês de janeiro em sua aldeia Sawré Muybu, quando saía para Brasília para mais uma vez lutar pelo seu território perante os meios jurídicos.

O Instituto Chico Mendes foi fundado pela LEI Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 e tem, em resumo, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação instituídas pela União. Os relatos mostram que este órgão aparece raramente na área das aldeias para discutir e construir uma gestão colaborativa com a comunidade, como especifica o Art. 5º § 3º da Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que devem ser asseguradas a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Plano de Manejo de floresta nacional de Itaituba favorece as hidrelétricas

Ainda de acordo com a Lei 9.985, o plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais e uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. A Ele é indispensável para qualquer unidade de conservação, pois precede o acordo de gestão que deve ser criado e planejado a partir de um ciclo de pesquisas e decisões coletivas que tenham por base questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma Unidade de Conservação e a região onde esta se insere, como nos informa o site do ICMBio .

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (Art. 27, §1º lei Lei Nº 9.985/2000).

CONT.



Segundo o site do ICMBio, esta mesma lei ainda define a FLONA como de posse e domínio público e as áreas privadas dentro de seus limites devem ser desapropriadas; prevê também a existência de um Conselho Consultivo, constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes no local.

Ou seja, este planejamento não se resume a um grupo de pesquisas técnicas e sim a um processo contínuo de elaboração, revisão e planejamento desta unidade de conservação, gerido por uma equipe direcionada apenas a isso.

Dentro do plano de Manejo da Flona de Itaituba II, percebemos que os trabalhos de pesquisa estão se dando conjuntamente com os grupos de pesquisa do impacto ambiental do complexo de usinas hidrelétricas do Tapajós previsto e ignorando as aldeias Munduruku que estão dentro da área da Flona.

“Nunca vieram aqui não. Nós até já chamamos eles pra cá, pra participar de uma assembléia Munduruku. Juntamos um bocado de coisa pra mostrar mas não vieram não”, afirma José, jovem da aldeia Sawré Muybu.

O ICMBio assim como a FUNAI se ausenta das suas prioridades administrativas de gestão, planejamento e proteção destas unidades de conservação e das comunidades Munduruku que nela habitam secularmente, sem construir a devida transparência e sob custódia de empresas privadas terceirizadas na realização de pesquisas tendenciosas e incompletas. Perguntamos-nos quais seriam os parâmetros para a presença mais atuante destes órgãos às portas de conflitos tangentes na região?

Foto: Daje Kapap Eypi: Autodemarcação agora disputa com grileiros de terra.

Tapajós, um rio em disputa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2015



Às vésperas de perderem suas terras para mais uma megausina hidrelétrica estratégica para o governo federal, comunidades do Rio Tapajós, um dos mais preservados do país, preparam-se para defender o que é seu. Assista ao documentário produzido pela Agência Pública

Por Marcio Isensee e Sá/Amazônia, na Pública

O Tapajós, no Pará, realmente é um rio mágico. Cheio de nuances, contrastes, luzes e cores. À primeira vista, águas calmas que correm sempre em frente; depois de 25 dias de imersão se sobrepõem as corredeiras, cachoeiras, banzeiros, redemunhos, espocos e rebojos. Todas as imagens, que apreendi junto ao povo local, refletem a atual situação de conflito. As sete usinas hidrelétricas previstas pelo governo federal para a bacia do Tapajós ainda nem saíram do papel e a vida dos ribeirinhos e indígenas já foi afetada profundamente.

Depois de duas idas ao Tapajós desde 2013, muita coisa me chamou atenção positivamente no oeste do Pará. Gente hospitaleira, comida boa, fartura de água. Nos ribeirinhos e indígenas, também me impressionou a disposição em correr atrás de seus direitos. Aos seus olhos, o governo federal é uma "entidade", distante, que quer porque quer fazer as usinas. De fato, falta informação, falta diálogo e sobram denúncias de desrespeito às leis e aos direitos dos moradores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26/2015

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Foi numa daquelas tardes calorentas, sobre uma canoa de pesca, que o neto do pescador "Tatá" interrompeu, sem cerimônia, nossa entrevista. "O que o povo faz?", perguntou ao avô, que durante toda a travessia reclamara do descaso "desse povo". "Não, meu filho, eles querem fazer uma barragem aqui . Aí nós vamos sair daqui, vamos embora não sei pra onde". O menino de cerca de 5 anos mora na bonita Vila de Pimental, que será alagada pela usina de São Luiz do Tapajós se os planos atuais forem levados adiante. Foi assim que ele soube que seu mundo pode desaparecer.

[Assista ao vídeo.](#)



Assembleia dos povos de SC reúne mais de 150 lideranças pela defesa dos direitos indígenas

SÍTIO CIMI, 11.02.2015

Mais de 150 lideranças indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani reunidas nessa segunda (9) e terça-feira (10) na Terra Indígena Toldo Chimbanguê para a primeira Assembleia Estadual dos Povos indígenas de Santa Catarina, divulgaram documento denunciando a paralisação dos procedimentos demarcatórios pelo Governo Federal, e exigindo a imediata demarcação das terras indígenas em todo o país.

As lideranças ressaltaram os interesses do agronegócio e de políticos que atuam diretamente contra os direitos indígenas, por meio de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, como a PEC 215 - já desarquivada pela Câmara dos Deputados. Foi evidenciada ainda a especulação das riquezas naturais dos territórios indígenas pelos poderes econômicos, fazendo-se urgente a autodeterminação dos povos na defesa de seus direitos à vida e a terra.

A situação de completo descaso governamental com a saúde indígena foi avaliada pelas lideranças, que elencaram no documento diversas exigências a serem providenciadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), principalmente a disponibilização de recursos financeiros para manutenção do sistema.

Também foi lembrada a necessidade de uma educação escolar indígena que respeite as particularidades de cada povo e cultura, com respeito aos saberes tradicionais. Da presidente Dilma Rousseff foram cobrados o cumprimento de todos os compromissos feitos durante a campanha eleitoral e a garantia do respeito aos direitos humanos, e dos indígenas enquanto cidadãos com coletividades étnicas e culturalmente diferenciadas. Leia o documento na íntegra:

I Assembleia Estadual dos Povos Indígenas Terra Indígena Toldo Chimbanguê – Chapecó - SC

Nós, mais de 150 lideranças, professores, agentes de saúde dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani, do estado de Santa Catarina, realizamos nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2015, na Terra Indígena Toldo Chimbanguê a primeira Assembleia Estadual dos Povos indígenas de Santa Catarina.

Neste encontro, além de discutirmos temas que vão ao encontro de nossa realidade, lembramos os trinta anos da demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbanguê. Lembramos a luta enfrentada pelos Kaingang na conquista deste território. Luta esta, que foi fortemente reprimida por aqueles que não reconheciam nossos direitos. Lembramos neste encontro, dona

CONT.



Ana, mulher Guerreira, que nunca mediu esforços para que um dia pudéssemos reconquistar o que foi roubado, usurpado pelos colonizadores. Dona Ana, onde tu estás, deve estar orgulhosa de ver os filhos dessa terra darem continuidade a luta e o sonho por um mundo melhor, com justiça social e uma melhor qualidade de vida.

Nestes dois dias foi possível perceber através das mesas de discussões, a difícil situação enfrentada por nós. Queremos destacar a grave situação de desrespeito aos nossos direitos. Analisando a conjuntura indigenista no atual momento, percebemos os impactos dos Projetos de Emenda Constitucional que ferem nossos direitos, ameaçando profundamente nossas vidas, e as vidas de nossos filhos. Formulamos nossas prioridades e estratégias de intervenção diante dos graves desafios relacionados à: violência contra os povos indígenas; demarcação de nossas terras, proteção, gestão e sustentabilidade das terras indígenas; atenção à saúde; educação escolar indígena e a afirmação e o respeito aos nossos valores culturais.

Denunciamos a ofensiva dos interesses do agronegócio, do latifúndio, de políticos contrários aos nossos direitos, dos poderes econômicos sobre as nossas terras e de nossas riquezas (naturais, hídricas, e da biodiversidade), proclamamos a nossa determinação de defender os nossos direitos, principalmente quanto à vida e a terra.

Denunciamos o desrespeito que o governo Federal está tendo quanto à demarcação de nossas terras. Onde os procedimentos demarcatórios estão em sua maioria paralisados, em algumas áreas sem impedimento Jurídico algum.

Vimos a público manifestar a nossa indignação e repúdio na morosidade e descaso com que estão sendo tratadas as políticas públicas que tratam dos nossos interesses e aspirações. Indignamos com a forma com que o governo Federal vem tratando a Saúde Indígena. O descaso no atendimento e a falta de remédios.

Reiteramos ainda a importância da fé e da luta em nossos antepassados, anciãos e caciques, lideranças que mantêm firme o ânimo e a coragem para que continuem unidos na diversidade e na luta acima de suas diferenças, e pela garantia de nossos direitos, que são assegurados na Constituição Federal, tratados internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Queremos cobrar a presidente Dilma Rousseff o cumprimento de todos os compromissos firmados à época de sua campanha eleitoral, garantindo o respeito aos direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade ambiental e social, respeitando os indígenas enquanto cidadãos com coletividades étnicas e culturalmente diferenciadas.

Sendo assim propomos:

Gestão territorial

- A imediata demarcação de todas as terras indígenas.
- Criação de políticas de desenvolvimento da agricultura indígena.
- Criação de cooperativa para execução de políticas públicas que beneficiem a todos.

CONT.



- Fortalecimento do artesanato indígena com programas específicos para geração de renda.

Na Educação Escolar Indígena;

- Que aconteçam mais cursos de capacitação no estado;
- Ampliação dos cursos de formação para habilitação dos professores indígenas;
- Que seja respeitada a diversidade política e lingüística nas escolas indígenas;
- Que tenha uma representação indígena na Gerência Regional de Educação, para trabalhar com as escolas indígenas;
- Que seja reativado o núcleo de educação indígena (NEI) para ter maior participação dos índios na organização das Escolas Indígenas;
- Criação de uma organização de professores indígenas (Associação);
- Que o governo ofereça recursos para a elaboração e publicação de materiais didáticos para as escolas indígenas;
- Que a lei da educação escolar indígena seja realmente colocada em prática no estado;
- Que a organização da escola indígena seja feita de acordo com as necessidades da comunidade indígena e da escola indígena;
- Que nossos professores sejam valorizados e respeitados;
- Que a língua Kaingang seja de fato respeitada dentro e fora da escola indígena;
- Que aconteça capacitação para os professores e funcionários indígenas sobre a legislação indígena;
- Que no calendário das escolas indígenas sejam respeitados os feriados culturais;
- Que seja respeitado e discutido na escola sobre o que está sendo ensinado sobre a diversidade cultural indígena;
- Que a escola indígena seja pensada pela comunidade que atenda a cultura indígena e seus valores;
- Reunião de professores para criação de organização no mês de abril;

Perspectiva e desafios da saúde indígena

- A empresa contratante deve disponibilizar/ oferecer capacitação específica quando o profissional for contratado;
- Criar/manter um programa de capacitação continuada;
- Realizar planejamento das ações por parte dos gestores juntamente com as comunidades indígenas;
- Rever recursos para complementar a compra dos exames básicos para os municípios, uma vez que a cota dos municípios é baixa;
- Melhorar as parcerias nas 3 esferas do governo para rever os recursos para aquisição das especialidades de média e alta complexidade;
- Garantir recursos para aquisição de medicamentos fora da lista básica;
- Garantir recursos específicos para aquisição de consultas e exames especializados, quando estes não disponíveis no SUS, incluindo as odontológicas;
- A empresa contratante deve disponibilizar os EPIs para AIS e AISAN;
- A Sesai deve realizar a formação profissional dos AIS e AISAN;

CONT.



Realizar com as Secretarias municipais de Saúde reuniões aproximando/ melhorando o atendimento da saúde indígena;

Inserir em todas as aldeias a fitoterapia, reconhecendo os indígenas qualificados na área;

Melhorar as parcerias Sesai, Secretaria municipal de saúde e Secretaria Estadual de saúde com reuniões sistemáticas;

Garantir recursos para adquirir os insumos para manipulação das ervas medicinais;

Garantir os recursos para aquisição e criação de espaços adequados para manipulação de fitoterápicos;

Garantir recursos para prótese dentária parcial e total;

Rever a empresa contratante dos motoristas e serviços gerais, quanto às responsabilidades profissionais e ao não diálogo com lideranças indígenas, Conselho Local de Saúde e EMSI;

Contratar um profissional coordenador dos motoristas;

Garantir da Sesai recursos financeiros para aquisição de materiais educativos/projetores, material audiovisual;

Garantir da Sesai recursos financeiros para aquisição de meios de comunicação nas aldeias e pólo base (computadores, telefones, internet);

Que haja transparência dos recursos financeiros quanto é repassado, onde e quanto foi gasto. Sesai fazer prestação de contas semestralmente aos Conselhos Locais de Saúde;

Aproximar o presidente do Condisi aos Conselhos Locais de Saúde;

Na aquisição de viaturas para a saúde indígena que seja observada a realidade local (Carro popular);

Garantir material permanente para os postos de saúde;

Garantir recursos para manutenção dos postos de saúde (equipamentos e área física);

Garantir recursos para concertos de pneus das viaturas;

Garantir recursos para aquisição de novos equipamentos odontológicos;

Buscar junto aos órgãos competentes a construção de postos de saúde;

Garantir da Sesai a continuidade no fornecimento dos insumos odontológicos, a fim de evitar o desabastecimento e a descontinuidade das ações;

Garantir da Sesai a continuidade do fornecimento de todos os medicamentos da lista básica a fim de evitar o desabastecimento e a interrupção dos tratamentos;

Solicitar aos municípios que sejam repassados aos Conselhos Locais de Saúde os valores gastos com a saúde indígena;

Contratar um profissional psicólogo para cada pólo base;

Contratar um profissional fisioterapeuta para cada pólo base;

Contratar um profissional farmacêutico para o pólo base de Chapecó;

Ampliar as vagas de motorista para cumprir as jornadas de trabalho;

Realizar curso de primeiros socorros para os motoristas;

Contratar o profissional de serviços gerais para o pólo base de Ipuacú;

Garantir a autonomia financeira do DSEI.

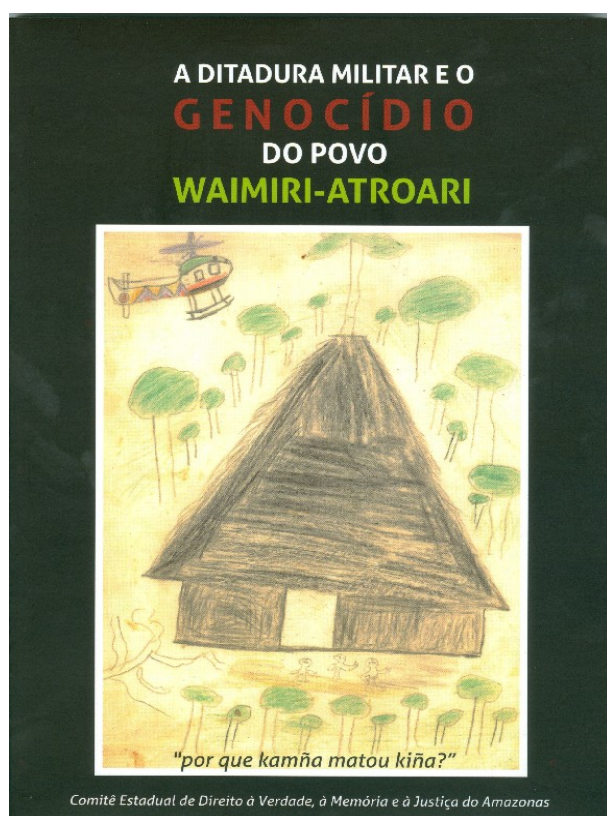
Terra indígena Toldo Chimbanguê, 10 de fevereiro de 2015.



Livro sobre a ditadura militar e o genocídio dos Waimiri-Atroari foi lançado em Roraima

SÍTIO CIMI, 11.02.2015

Ocorreu na noite desta segunda-feira, 9 de fevereiro, no auditório Alexandre Borges, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), o lançamento da publicação *A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*, organizada pela Comissão Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas.



O evento contou com a participação de lideranças indígenas de Roraima, do Amazonas, missionários, estudantes, professores, pesquisadores e demais convidados. O coordenador do Comitê, Egydio Schwade, contou um pouco da trajetória de produção da publicação e reforçou a importância da continuidade da pesquisa pelos estudantes e pesquisadores, pois o que está registrado é apenas parte da história do massacre do povo indígena Waimiri-Atroari.

Participaram da mesa de lançamento, o bispo da Diocese de Roraima, Dom Roque Paloschi, o coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Mário Nicácio, o presidente da Hutukara Associação Yanomamo (HAY), Davi Kopenawa, o representante da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Parmenio Cito, e a mediação da mesa foi feita pela antropóloga Elaine Moreira. Durante o debate foram feitos vários questionamentos em relação ao processo de produção, pesquisa, e também sobre o próprio massacre e a realidade atual dos Waimiri-Atroari.

A publicação divulga o Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, e busca dar voz aos índios, além de mapear os inúmeros impactos que comprovam que, na Amazônia, mais do que militares de esquerda, a ditadura eliminou milhares de indígenas. O foco do relatório, encaminhado à Comissão Nacional da Verdade, refere-se ao desaparecimento de mais de "dois mil Waimiri-Atroari em apenas dez anos", de

CONT.



acordo com o relatório. O conteúdo relata ainda que na área onde localiza-se hoje a Mineradora Taboca (Paranapanema) desapareceram pelo menos nove aldeias aerofotografadas pelo padre Calleri, em 1968.

No prefácio da publicação, escrito por José Ribamar Bessa Freire, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), afirma-se que “na realidade, não foi um ato isolado de alguns facínoras, mas uma política de Estado a serviço de interesses privados implementada com métodos de bandidagem, iniciada pelo colonizador e praticada ainda hoje”. E encerra registrando que “tudo ao estilo de um Rondon de cabeça pra baixo: ‘matar ainda que não seja preciso; morrer nunca’”.

O lançamento ocorreu como parte da programação da XXXV Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Norte I), que acontece em Roraima desde o dia 5 e será encerrada na próxima sexta-feira, 12, com o tema “O Projeto do Bem Viver em contraposição ao capitalismo”. Em breve os exemplares do livro A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari estarão à disposição do público.



Concluída votação do marco de biodiversidade

SÍTIO ISA, 11.02.2015

Fonte: Valor Econômico, Política, p. A8

Raphael Di Cunto
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o novo marco legal para o acesso ao patrimônio genético do país e mudanças na cobrança de royalties como compensação pelo uso da biodiversidade nacional em produtos dos setores farmacêutico, alimentício, agropecuário e cosmético. O texto vai ao Senado em regime de urgência.

O projeto foi elaborado pelo governo após pressão das indústrias química, alimentícia e de cosméticos para facilitar a pesquisa da biodiversidade brasileira para desenvolvimento de produtos e renegociar multas a empresas e instituições que enviaram amostras para fora do país sem autorização ou fizeram pesquisa sem pagar os royalties.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), foram lavrados 581 autos de infração a empresas acusadas de biopirataria, que somam multas de R\$ 231 milhões. A Natura, citada na Câmara como uma das mais beneficiadas, acumula R\$ 21,3 milhões em multas, segundo levantamento do Valor nos processos do Ibama.

Em nota, a empresa encaminhou seu balanço de 2013, em que reconhece as multas, mas diz que entrou com recurso e que é "remota a possibilidade de perda [...] em virtude do cumprimento dos princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica [...] e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal". No relatório do terceiro trimestre de 2014, a Natura reconhece multas em valor menor, de R\$ 14 milhões.

No relatório do ano anterior, a empresa informava que estava empenhada em modificar "uma medida provisória imperfeita, que não oferece segurança às empresas e aos pesquisadores, e tampouco traz benefícios ao meio ambiente", e que tinha encaminhado, junto com outras entidades, uma proposta para mudar a legislação.

A lista de autuadas pelo Ibama também inclui grandes empresas farmacêuticas, como Aché Laboratórios, Pfizer, Eurofarma, Novartis, de cosméticos, como Avon, L'Oréal e Johnson & Johnson, químicas, como a Basf e DuPont, além de 27 universidades e institutos, como a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

O projeto inicial previa que as empresas autuadas poderiam assinar termo em que se comprometem a pagar a repartição de benefícios dos produtos cujo conteúdo principal seja o

CONT.



patrimônio genético brasileiro ou o conhecimento de povos tradicionais do país em troca da suspensão das multas.

O relator do projeto, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), retirou esse artigo. "Fizeram ilações de que eu estava levando vantagem das empresas para manter a anistia e não aceito esse tipo de desrespeito. Quem tiver interesse que faça um destaque para reincluir o texto", afirmou o pemedebista. O PSC protocolou o destaque, aprovado em votação simbólica.

Para o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), a remissão das sanções é justa. "As empresas foram multadas por erros do governo, ocorridos desde o do presidente Fernando Henrique Cardoso. As travas inibiram os investimentos e as empresas preferem explorar a Amazônia do lado da Venezuela ou Peru, o Brasil está perdendo a corrida das patentes", diz.

Uma das principais mudanças do projeto é o pagamento pela exploração econômica dos componentes genéticos brasileiros. A lei em vigor hoje determina a repartição de benefícios tem de ser paga já no início da cadeia. Já o projeto prevê que a cobrança só ocorrerá depois da comercialização do produto final. "Os royalties eram cobrados antes mesmo de saberem se o produto daria retorno financeiro e muitas empresas deixaram de pagar", afirma Moreira.

O governo decidiu reduzir a alíquota para repartição de benefícios, de 1,1% sobre a receita líquida do produto para 1%, com a possibilidade de redução para até 0,1% para "não comprometer a competitividade de setores que operem com uma margem menor". Segundo Moreira, o percentual menor visa principalmente os produtos farmacêuticos.

PSOL, PCdoB, PT, PV e PSB tentaram alterar o relatório de Moreira, que é um dos líderes da bancada ruralista, para tornar mais favorável aos povos indígenas a repartição de benefícios, mas todos os destaques foram rejeitados. A principal disputa sobre quais produtos pagariam royalties. O relatório previa que apenas os produtos em uma lista seriam cobrados, enquanto os deputados queriam uma lista apenas dos isentos. Prevaleceu a posição original.

Valor Econômico, 11/02/2015, Política, p. A8

<http://www.valor.com.br/politica/3906552/concluida-votacao-do-marco-de-biodiversidade>



MPF recorre contra decisão que declara inexistente Terra Indígena

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.02.2015

*Justiça Federal diz que terra é formada por ribeirinhos e não por índios.
Recurso do MPF foi apresentado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.*

O Ministério Público Federal (MPF), em Santarém, oeste do Pará, divulgou na terça-feira (10) que apresentou apelação cível contra decisão da Justiça Federal de Santarém que determinou que a Terra Indígena Maró, formada pelos povos Borari e Arapium, não existe.

Em dezembro de 2014, a Justiça Federal divulgou uma sentença na qual declarava inexistente a Terra Indígena Maró, abrangida parcialmente pela Gleba Nova Olinda, em Santarém. No documento de 106 laudas, o juiz federal Airton Portela, da 2ª Vara da subseção do município concluiu que a área que abrange a terra supostamente habitada pela tribo Borari-Arapium, é formada por populações tradicionais ribeirinhas, e não por índios.

Para o MPF, ao negar o autorreconhecimento e o trabalho técnico dos antropólogos que delimitaram a Terra Indígena Maró, a sentença “incide na mesma prática que tenciona historiar, qual seja, o etnocídio de povos indígenas”.

De acordo com o MPF, a sentença da Justiça Federal foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeireira que aconteciam na terra indígena. Na decisão, o juiz Airton Portela juntou duas ações judiciais – uma do MPF, que pedia a urgência na demarcação da terra Maró e outra de associações de trabalhadores rurais que temiam perder suas terras com a demarcação.

Segundo o MPF, o processo das associações, no entanto, deveria ter sido extinto, uma vez que, na publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró, ficou claro que as terras onde moram essas comunidades ficaram fora da demarcação.

No recurso apresentado semana passada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o MPF informa que o mesmo advogado que assina o processo das associações é advogado de diversos madeireiros que tiveram licenças embargadas na terra indígena; e que, durante os trabalhos de delimitação, a equipe da Funai foi ameaçada de morte por madeireiros na região. Impropriedades científicas

Ainda segundo o MPF, um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama também comprova a presença e o interesse dos madeireiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível

CONT.



para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas. O procurador Camões Boaventura, responsável pelo caso, afirma que há impropriedades científicas cometidas na sentença. Ao discorrer sobre identidade, tradicionalidade e outras questões típicas da ciência antropológica, o juiz cita, fora de contexto, antropólogos brasileiros de renome internacional, como Eduardo Viveiros de Castro. Na verdade, a citação utilizada pelo juiz foi retirada de reportagem de uma revista, já denunciada pelo próprio antropólogo e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) como fraudulenta.

A pedido do MPF, Castro emitiu parecer sobre a sentença em que refuta as considerações antropológicas do juiz e repudia o uso distorcido de seu pensamento. A antropóloga Jane Beltrão também emitiu parecer contra a sentença, assim como Raphael Frederico Acioli, analista do MPF. Além disso, o professor Gilberto Lopes Rodrigues, da Universidade Federal do Oeste do Pará, ofereceu nota técnica para embasar o recurso judicial.

O MPF pede que, ao reconhecer o recurso, o tribunal determine a suspensão das permissões e proíba a circulação de madeireiros na área indígena, assim como o prosseguimento da demarcação. A apelação deverá ser julgada no Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília.

Justiça determina retomada de obras em escola indígena no Oeste de SC

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.02.2015

*Decisão liminar requer que trabalhos recomecem até março em Chapecó.
Segundo vice-cacique, antiga escola não comporta número de alunos.*

A Justiça Federal de Santa Catarina decidiu de forma liminar que o Estado deve retomar até início de março as obras na Escola Indígena de Ensino Fundamental Sape-Ty-Kó, localizada em Chapecó, Oeste catarinense, conforme mostrou reportagem do Jornal do Almoço de terça-feira (10).

Pela decisão da 2ª Vara Federal de Chapecó, o Estado também deve apresentar cronograma especificado de andamento e conclusão da obra. Os trabalhos devem ser fiscalizados pela União e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A juíza federal substituta Heloisa Menegotto Pozenato também fixou, em caso de descumprimento, multa diária de R\$ 5 mil. A decisão foi publicada no dia 30 de janeiro e motivada por ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF).

Escola



Estrutura de nova escola ficou pronta, mas foi depredada (Foto: Reprodução RBS TV)

De acordo com o MPF, a construção da escola, localizada na Reserva Indígena Aldeia Condá, teve início em 2011, com data de entrega prevista para dezembro de 2012.

Porém, de lá para cá, ocorreram diversos atrasos e a obra está paralisada deste abril de 2013, segundo o MPF, em evidente estado de abandono e depredação.

O vice-cacique da aldeia Condá, Juvenil Loureiro, afirmou que "a escola antiga não tem mais espaço" para o número de alunos.

"A comunidade está pressionando a liderança sobre isso, e a gente pressionando as empresas. Na Procuradoria, nós mandamos vários documentos", afirmou.

CONT.



Problemas

Na secretaria da antiga escola, o espaço é apertado e a sala dos professores é junto com a biblioteca. Essas carências resultaram na necessidade da construção de uma nova edificação. A estrutura física está pronta, mas em mau estado.

A obra parou e o prédio, que era novo, foi totalmente depredado. As paredes estão pichadas, vidros quebrados, portas arrombadas e os móveis novos estão se perdendo no meio da sujeira e do mato.

Com a decisão da Justiça Federal, as obras na nova escola precisarão ser retomadas. Entretanto, a equipe da RBS TV esteve no local na terça e os serviços ainda não haviam começado.

Segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE), o órgão estuda a possibilidade de recorrer da decisão. Além disso, a PGE diz que informações da Secretaria Regional de Chapecó dão conta de que o atraso nas obras não tem comprometido o calendário escolar, pois há uma escola em funcionamento que atende, ainda que em condições não ideais, os alunos da localidade.

Fotógrafo registra crianças indígenas albinas em aldeia no interior do Acre
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.02.2015

Registros foram feitos na Aldeia Kaxinawá.

Funai diz que não há estudo sobre casos de albinismo entre índios.



Indígenas albinos da etnia Kaninawá foram fotografados em janeiro (Foto: Tiago Araújo/Arquivo pessoal)

Durante uma viagem pelas comunidades ribeirinhas e indígenas entre as cidades de Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, no Acre, o fotógrafo Tiago Araújo, de 28 anos, registrou, na Aldeia Kaxinawá Nova Aliança, duas crianças indígenas albinas, condição causada pela deficiência na produção de melanina.

O registro foi feito durante um trabalho de evangelização. "Estava acompanhando esse trabalho que evangeliza comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas, levam também doações, roupas, remédios e bíblias", explica Tiago.

A viagem, segundo o fotógrafo, demorou cerca de dez dias, entre 18 a 28 de janeiro. "A gente saiu de Manoel Urbano até Santa Rosa do Purus e a embarcação ia parando em algumas aldeias e comunidades", conta.

CONT.

Tiago trabalha fotografando eventos sociais, mas diz que seu foco é registrar a vida de ribeirinhos e índios da Amazônia. Há cinco anos na profissão, ele diz que esta foi a primeira vez que se deparou com índios albinos.

"Nunca tinha visto e todos que viram as fotos disseram que é raro". Questionado sobre o que os outros índios diziam das crianças, Tiago relata que não falaram sobre assunto, mas percebeu algo diferente em relação aos dois.

"Falar, não falaram. Mas, assim que chegamos foram imediatamente vesti-los , como se orgulhassem deles. Os colocaram na frente de todos", relembra.

De acordo com ele, no dia tinham apenas duas crianças, mas o pai lhe contou que são três, dois meninos e uma menina que possuem características albinas. O terceiro estava em Manoel Urbano com a mãe.

O G1 entrou em contato com a Funai que informou à reportagem que não existe nenhum estudo em relação à existência de albinismo entre índios. A reportagem também entrou em contato com o Ministério da Saúde, por dois dias, para saber se a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) teria alguma informação sobre outros casos de albinismo em aldeias, porém, até a publicação dessa matéria nenhuma informação foi repassada.



Fotógrafo diz que na aldeia existem três crianças albinas (Foto: Tiago Araújo/Arquivo pessoal)



Boletim de Notícias - Edição nº 26/2015

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Farmacêuticas têm vitória com projeto de lei polêmico sobre biodiversidade

SÍTIO BBC BRASIL, 11.02.2015

A Câmara dos Deputados aprovou na noite da terça-feira uma polêmica legislação sobre biodiversidade que facilita pesquisas a partir de recursos naturais brasileiros – mas que está sendo acusada por comunidades tradicionais de ameaçar seus direitos garantidos internacionalmente.



Mariana Schreiber
Da BBC Brasil em Brasília

As mudanças simplificam legislação criada no início da década passada, quando o governo brasileiro sofria grande pressão - inclusive internacional - para combater a chamada biopirataria.

O projeto de lei (PL) enviado em regime de urgência pelo governo ao Congresso no ano passado, em meio à Copa do Mundo, regula o acesso ao patrimônio genético de animais, vegetais e microorganismos típicos do Brasil, assim como o uso de conhecimentos de comunidades tradicionais para gerar produtos a partir desses elementos - por exemplo, desenvolver medicamentos a partir de ervas.

Visto como prioritário para o governo, o PL 7735/2014 segue agora também em regime de urgência para o Senado - o que significa que se não for apreciado em 45 dias passa a trancar a pauta de votação.

CONT.



As mudanças agradam farmacêuticas interessadas em desenvolver produtos a partir da biodiversidade brasileira - uma das mais ricas do mundo -, que entendem que a atual legislação dificulta a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos produtos e patentes.

Porém, grupos tradicionais dizem ter sido excluídos do debate e criticam as novas regras.

"O governo fez uma discussão de profundidade com as empresas e não ouviu os provedores (de conhecimento tradicional). A proposta ignorou o outro lado", criticou Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, organização que representa grupos como seringueiros e extratores de óleo e plantas medicinais.

Mais dinheiro, menos direitos

Nem governo nem setor privado têm estimativas de quanto o mercado da biodiversidade pode movimentar com a aprovação das novas regras, mas ambos têm certeza de que há enorme potencial de crescimento.

Dados da indústria farmacêutica, por exemplo, mostram que os chamados fitomedicamentos (aqueles que usam recursos da biodiversidade) não são nem 2% do mercado varejista. O setor faturou R\$ 58 bilhões com vendas no varejo em 2013, sendo que R\$ 964 milhões vieram dos fitomedicamentos.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti, disse que as mudanças beneficiarão as comunidades ao gerar mais pesquisas e, conseqüentemente, mais divisão de recursos. Dinheiro que pode ser revertido para preservação ambiental e de seus conhecimentos.

"Realmente há pouca geração de recursos hoje para as comunidades por causa da burocracia, mas a legislação representa um retrocesso na proteção dos direitos das comunidades. Somos a favor de mudanças na atual legislação, mas não desse projeto", disse Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), ONG que tem atuado na defesa dos interesses desses grupos.

A dificuldade embutida nas regras brasileiras para o setor é produto da chamada biopirataria, cujo conceito se espalhou nos anos 90 em meio a notícias de patentes que estavam sendo registradas no exterior - Japão, Canadá, Estados Unidos e Europa - a partir de plantas e organismos brasileiros.

Entre os casos mais conhecidos estão produtos feitos a partir do cupuaçu, açaí e do sapo-verde, cuja secreção é usada por várias tribos amazônicas para fins medicinais e ritualísticos.

CONT.



'Criminalização da pesquisa'

A ideia da legislação era proteger recursos da nossa biodiversidade e os conhecimentos de comunidades tradicionais. As regras estabeleceram um rito rigoroso para empresas, laboratórios e instituições científicas solicitarem autorização para essas pesquisas.

Na visão do setor privado e do governo Dilma Rousseff, a lei é muito burocrática e atrapalha o desenvolvimento científico do país.

Em junho de 2014, quando o projeto de lei foi enviado ao Congresso, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que a legislação em vigor é "extremamente confusa" e que "há várias instituições científicas no Brasil criminalizadas, respondendo por crime ambiental".

Na ocasião, ela afirmou também que "13 mil patentes estão paradas no momento devido a autuações por terem tido acesso a recursos genéticos".

Desde 2005, quando entrou em vigor um decreto regulando as sanções no caso de desrespeito dessas regras, o Ibama já aplicou um total de R\$ 231 milhões em multas, resultado de 581 autos de infrações contra instituições brasileiras e multinacionais.

Entre elas estão grandes empresas (Avon, Natura, Ambev, Boticário, Johnson & Johnson, L'Oréal, Unilever, etc), laboratórios e farmacêuticas (Pfizer, Abbott, Medley, Merck, etc); e até mesmo a Embrapa (estatal que faz pesquisas para o setor agropecuário) e universidades públicas (USP, UERJ, UFMG, UFRGS, UFPB, etc), que costumam recorrer das multas.

Alguns casos vão parar na Justiça, como a notória disputa entre a Natura e os índios asháninka que vivem às margens do rio Amônia, perto da fronteira com o Peru.

Os índios afirmam que a empresa não lhes pediu autorização para uso do conhecimento sobre o murmurú, vegetal de gordura com capacidade hidratante; a Natura diz que as propriedades do murmurú já estavam documentadas em artigo científico.

O Ministério Público Federal, por sua vez, argumenta que esse artigo se baseou no conhecimento dos asháninka. A empresa foi inocentada pela Justiça Federal do Acre, mas o recurso da procuradoria ainda será julgado pelo STJ.

'Bola de cristal'

Uma das principais queixas dos setor privado é a regra que requer o chamado contrato de repartição de benefícios entre as empresas e as comunidades antes que seja dada a autorização para acesso ao patrimônio genético brasileiro ou de conhecimento tradicional.

As empresas alegam que não é possível estabelecer compensações sem antes fazer a pesquisa que indicará a viabilidade econômica e o potencial de lucro de um produto.

CONT.

"É preciso ter uma bola de cristal para fazer o acordo", critica Rodrigo Justos, assessor técnico da área de meio ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O projeto de lei prevê que a solicitação de autorização para pesquisa seja substituída, na maioria dos casos, por um simples registro eletrônico, com o contrato de repartição de benefícios sendo firmando até um ano depois que o produto for lançado no mercado. Os recursos vão diretamente para as comunidades ou para um fundo gerido pela União, dependendo do caso.

"Se o sistema informatizado for bem eficiente, será praticamente automático (o início da pesquisa). Hoje em dia, chega a demorar dois, três anos para se obter a autorização", disse a diretora executiva adjunta do Grupo FarmaBrasil (GFB), Adriana Diaféria.

O GFB representa laboratórios farmacêuticos nacionais e esteve à frente das negociações com o governo.



Índios ashaninka entraram em polêmica com Natura por causa de pesquisa

Instituições estrangeiras sem presença ou parceiros no Brasil serão submetidas a um processo mais burocrático.

Quando a pesquisa envolver práticas tradicionais haverá duas possibilidades. Para os conhecimentos que já estão amplamente difundidos na sociedade brasileira, não será necessária autorização. Já quando for possível identificar em que grupo tal prática surgiu, será preciso obter o consentimento prévio da comunidade.

CONT.



O advogado do ISA Maurício Guetta acredita que na prática isso não acontecerá. Ele observa que há conhecimentos que têm origem identificável, mas que são compartilhados por mais de uma comunidade.

Como o PL não prevê expressamente a possibilidade de as comunidades negarem o acesso a sua técnica, ele teme que aconteça um "leilão" entre as comunidades, o que reduzirá o poder de negociação desses grupos com as empresas.

Na sua avaliação, as novas regras não respeitam a Convenção sobre Diversidade Biológica - acordo firmado dentro da ONU durante a ECO-92.

"Essa convenção garante importantes direitos as esses povos e comunidades, como o consentimento prévio para o acesso a seu conhecimento e a repartição justa e equitativa dos benefícios", afirma.

"Com as novas regras, a repartição dos benefícios passa a ser injusta e insignificante."

Interesses

Para Guetta, a elaboração do Projeto de Lei dentro do governo e sua tramitação no Congresso evidenciam a desigualdade no jogo de forças político.

O advogado do ISA reconhece ser legítimo que as empresas participem das discussões que afetam seus interesses, mas reclamou da "completa exclusão dos povos tradicionais do debate".

A BBC ouviu representantes dos diversos setores envolvidos - comunidades, agronegócio, cientistas e empresas farmacêuticas - e todos afirmaram que o PL que saiu do governo para o Congresso foi baseado em proposta apresentada pelo setor privado.

As discussões capitaneadas pela diretora do GFB Adriana Diaféria levaram cerca de três anos e contaram com o apoio de outros setores como cosméticos (Abihpec), produtos de limpeza (Abipla), indústria química (Abiquim), farmacos (Abifina e Alanac), CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Instituto Ethos (que promove a responsabilidade empresarial e é ligado à Natura).

"O Grupo FarmaBrasil tinha como uma certa meta prioritária trabalhar nesse tema. Quando a gente foi conversar no Ministério do Meio Ambiente, o (secretário-Executivo, Francisco) Gaetani, gostou da proposta e passou a chamar as outras entidades para conversar conosco. A gente fez uma coalizão", contou Diaféria.

O presidente da Sociedade Brasileira de Genética, Fabricio Santos, disse que "a comunidade científica teve um papel muito pequeno" nas discussões.

CONT.



Ele elogiou mudanças que vão estimular a pesquisa aplicada (aquela que gera produtos), mas disse que as novas regras burocratizam a pesquisa básica, que visam à preservação ambiental. "Hoje essa proposta reflete esse grande consenso que foi negociado com todos os setores e com o governo. Teve o conhecimento da academia, teve o conhecimento das comunidades, mas não teve uma participação (de cientistas e comunidades) na construção propriamente dita", observou Diaféria.

As comunidades tradicionais contaram com apoio de alguns parlamentares de partidos como PSOL, PT e PSB, mas não conseguiram influenciar os debates no Congresso a ponto de terem suas demandas atendidas. Todas as emendas apresentadas a seu favor foram rejeitadas pela maioria dos deputados na noite de terça-feira.

"São povos invisíveis, claro, porque infelizmente não possuem qualquer representação política, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo. Não existe deputado índio", observou Guetta, do ISA.

O setor agrícola rebateu as reclamações. "As comunidades são ouvidas desde o ano 2000. Na verdade eles é que são os contemplados, porque todos os outros (envolvidos na questão) são pagadores (de benefícios)", afirmou Justus, da CNA.

O secretário de Biodiversidade e Florestas fez uma mea culpa sobre o pouco espaço dados as comunidades no debate. Roberto Cavalcanti disse que o governo será mais ativo ao incluir esses grupos na discussão das regras que vão regulamentar a nova lei. "Estamos correndo atrás", afirmou.

Após a aprovação do PL na Câmara, a Natura enviou nota à BBC dizendo que as novas regras "encerrarão as dúvidas que impedem o avanço da economia e da pesquisa científica baseadas na sociobiodiversidade brasileira".

A empresa destacou que mais de R\$ 11 milhões de reais foram repartidos em benefícios pela empresa em 2013, conforme divulgado em relatório anual. O Ministério do Meio Ambiente não soube informar quantas compensações já foram distribuídas no total.



Governo do Estado vai apoiar a realização dos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO SURGIU, 11.02.2015

O governador Marcelo Miranda, juntamente com a vice-governadora, Cláudia Lelis, recebeu na tarde desta terça-feira, 10, representantes dos Jogos Mundiais Indígenas e garantiu apoio do Estado na realização do evento. Os jogos acontecem em Palmas entre os dias 15 a 25 de setembro deste ano e devem reunir cerca de 20 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países.

O articulador internacional do Comitê Intertribal, Marcos Terena, reforçou a necessidade de parceria com o Governo do Tocantins para a realização dos jogos. "Precisamos de apoio em diversas áreas, mas buscamos também o apoio para que aconteçam políticas públicas após o evento. A vice-governadora Cláudia Lelis é nossa aliada na questão ambiental e sempre defendeu a causa indígena e, por isso, ela foi a primeira gestora no Estado que procuramos e tivemos todo o apoio para dar início a essa parceria com o Governo", explicou Marcos Terena.

O governador Marcelo Miranda destacou a importância da realização dos jogos em Palmas. "As dificuldades existem, mas que a vontade de realizar esses jogos é grande e, por isso, a parceria entre o Governo do Estado e demais organizadores será fundamental para ampliar o sucesso e a visibilidade destes jogos para o mundo", disse.

Para Cláudia Lelis, apoiar a realização dos jogos mundiais indígenas em Palmas vem ao encontro das causas sociais e ambientais que sempre defendeu. "O Governo do Tocantins irá apoiar os jogos e faremos uma grande parceria com todos os segmentos envolvidos para que possamos realizar o melhor evento e mostrar para o mundo toda a nossa diversidade cultural", destacou a vice-governadora.

Participaram da reunião o presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins, Cirven Xerente, a secretária e o sub-secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luzimeire Ribeiro e Fábio Lelis, e representantes da Secretaria da Defesa e Proteção Social.

Sobre os jogos

A previsão é de que 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países, participem dos jogos. Entre os povos internacionais estão indígenas do Canadá, EUA, México, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Guiana Francesa, Noruega, Rússia, Austrália, Japão, China e Filipinas. Cada país e etnias brasileiras poderão inscrever até 50 participantes, totalizando 2.200.

Existe no Tocantins uma população aproximada de 15 mil indígenas, de diferentes etnias como

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26/2015

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Krahô, Krahô Canela, Karajá, Karajá Xambioá, Apinajé, Xerente e Javaé. Eles se distribuem em mais de 82 aldeias, em municípios de todas as regiões do Estado.

Já existe uma comissão de trabalho integrado composta por representantes da Prefeitura de Palmas e Ministério do Esporte para tratar do evento. A comissão foi criada após uma reunião entre as duas instituições.

Foto: Márcio Vieira

Fonte: Fátima Miranda

Postador: Surgiu Redação



Entenda o projeto sobre uso da biodiversidade aprovado na Câmara

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.02.2015

*Texto regula as formas de exploração do patrimônio genético do país.
Projeto ainda precisará passar pelo crivo do Senado Federal.*

Nesta terça-feira (10), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que facilita o acesso ao patrimônio genético de plantas e animais do país.

O texto do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), substitutivo à proposta do governo federal apresentada em junho passado, regula as formas de exploração da biodiversidade existente no país e modifica procedimentos para que empresas e organizações iniciem os trabalhos de pesquisa.

O projeto de lei reforça as regras criadas pela Medida Provisória 2.186-16, de 2001, que incorpora os compromissos assumidos pelo governo perante a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), tratado internacional das Nações Unidas que regula o tema.

No documento, patrimônio genético é definido como "informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas, ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos".

Entre os principais pontos aprovados, estão a retirada de penalidades impostas a empresas que descumpriram regras ligadas à exploração de materiais provenientes de plantas ou animais e a criação de normas de pagamento pelo uso de recursos genéticos naturais por empresas -- tanto para o governo, quanto para povos tradicionais, como os indígenas.

O texto foi enviado ao Senado Federal e deverá ser aprovado na Casa antes de ser encaminhado para a presidente Dilma Rousseff. O Senado tem 45 dias para analisar e votar o documento.

Repercussão

De acordo com Mauricio Guetta, advogado e assessor político do Instituto Socioambiental, o texto aprovado privilegia apenas os interesses empresariais e viola o direito de povos tradicionais e seus conhecimentos. Ainda segundo Guetta, o projeto de lei dispensa a fiscalização das atividades feitas pelas empresas. "Ele retrocede em termos de proteção da biodiversidade", disse.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, o texto elimina obstáculos impostos

CONT.



pela legislação atual e contempla os interesses de diversos segmentos. Em comunicado divulgado pela organização, a diretora de Relações Institucionais, Mônica Messenberg, explica que setores como o fármaco, têxtil, de alimentação, energia, cosméticos, entre outros serão beneficiados.

"Essa é uma oportunidade para o Brasil, que detém pelo menos 13% das espécies do mundo. A capacidade de transformar recursos genéticos em produtos inovadores resulta em vantagem competitiva para o país", disse ela.

[Veja os principais pontos aprovados no projeto de lei 7.735/2014.](#)



Senadora Ângela Portela volta a cobrar continuidade do Linhão do Tucuruí
SÍTIO CBN FOZ, 11.02.2015

A senadora Ângela Portela (PT-RR) voltou a cobrar a conclusão do Linhão do Tucuruí e o empenho dos Ministérios da Justiça e de Minas e Energia para identificar e resolver os principais problemas que atrasam a continuidade dos trabalhos. Entre os obstáculos apontados está a paralisação da obra no trecho entre Manaus e Boa Vista, que atravessa o território dos índios waimiri-atroari, por determinação da Justiça Federal.

— Essas comunidades indígenas têm que participar do processo decisório nacional, têm de ser respeitadas. Não se pode esquecer, porém, a relevância que o Linhão de Tucuruí representa para a população de Roraima e para a economia do nosso estado — afirmou.

A obra com mais de 2 mil quilômetros de extensão ligará a hidrelétrica de Tucuruí (PA) até Boa Vista (RR). Dessa forma, o estado passará a integrar o sistema elétrico nacional. A senadora ressaltou que, além de isolado, Roraima tem fornecimento precário de energia à base de termelétricas, sujeito a apagões e a custo alto.

Ângela Portela lembrou ainda que o estado é dependente da oferta de energia da Venezuela, que também enfrenta uma crise energética. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) conseguiu liminar contra a decisão da Justiça Federal e a senadora espera que a obra seja retomada em breve.

— Para que o povo de Roraima tenha energia segura, limpa, confiável que possa proporcionar o bem-estar das famílias e o desenvolvimento do nosso estado — concluiu.

Fonte: Agência Senado.